**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2020**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES FRUTO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2018, EM RAZÃO DA RESCISÃO UNILATERAL FIRMADA, PARA DAR CONTINUIDADE A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2020**

A Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho**,** através da **COMISSÃO DE LICITAÇÃO DESTE PODER LEGISLATIVO,** nomeada pela Portaria de nº 006/2020, torna público que realizará Licitação para atender as necessidades da Câmara Municipal**,** na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** para a prestação do objeto indicado neste edital.

O certame será regido pelas disposições da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores modificações.

Os envelopes da **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS DE PREÇOS** deverão ser entregues à Comissão de Licitação, localizada à Rua Tenente Manuel Barbosa da Silva, 131 – Cabo de Santo Agostinho - PE, até às **08h00min do dia 06 de março de 2020,** quando, então, terá início a sessão pública de abertura dos envelopes.

A presente licitação busca atender a demanda daCâmara Municipal, cujo Presidente é a autoridade solicitante e o ordenador de despesas, utilizando recursos orçamentários do referido órgão para fazer face às despesas da contratação.

1. DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES FRUTO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2018, EM RAZÃO DA RESCISÃO UNILATERAL FIRMADA, PARA DAR CONTINUIDADE A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NESTE EDITAL.

**2. DOS ELEMENTOS COMPONENTES E INTEGRANTES DESTE EDITAL**

**ANEXO I** – PROJETO BÁSICO /RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

**ANEXO II** – PLANILHAS

**ANEXO III** - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

**ANEXO IV** – COMPOSIÇÃO DE BDI

**ANEXO V** – PROJETOS

**ANEXO VI** – MEMÓRIA DE CÁLCULO

**ANEXO VII** – MODELOS PADRONIZADOS

**ANEXO VIII -** MINUTA DO CONTRATO

**3. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA EMPREITADA**

O regime de execução será de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

**4. DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA**

Os recursos que farão face às despesas decorrentes desta licitação são oriundos da seguinte Dotação Orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| 100000 | CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DO SANTO AGOSTINHO |
| 01.122.0187.1001.0000 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS |
| 10010000 | RECURSOS PRÓPRIOS |

**5. PRAZOS**

5.1 O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.

5.2 O prazo de execução dos serviços será de **08 (oito) meses**, contados a partir da expedição da ordem de serviço pela Câmara, conforme cronograma físico financeiro.

5.3 A vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a ser contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados conforme o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

5.4. A licitante vencedora será convocada para assinar o instrumento de contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

**6. VALOR ESTIMADO MÁXIMO ADMITIDO**

6.1 O valor total estimado e máximo admitido para contratação, conforme Planilha Orçamentária em anexo, é de R$ 2.267.798,07 (dois milhões, duzentos e sessenta sete mil, setecentos e noventa e oito reais e sete centavos).

**7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**7.1.** Somente poderão participar da presente licitação, empresas regularmente estabelecidas no País e que sua finalidade e ramo de atuação principal, expressos no ato de sua constituição ou em alterações posteriores, procedidas até a data de publicação do aviso deste Edital, estejam ligados ao objeto desta licitação e que satisfaçam, integralmente, às condições estabelecidas neste Edital.

**7.2.** Para efeito deste Edital entende-se por empresa toda organização societária, com ou sem fins de lucro, que atenda às exigências legais do País.

**7.3.** Será permitida a participação de Empresas em consórcio, sujeita às seguintes condições:

1. No Consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança será da empresa brasileira;
2. As Empresas Consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição do Consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Câmara Municipal, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (e) deste item;
3. Apresentação conjunta nos envelopes, porém individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal e trabalhista (as consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital, relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira);
4. As Empresas Consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem através de mais de um Consórcio;
5. As Empresas Consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na da execução do Contrato;
6. Consideram-se condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:

* Ter poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente pelas demais consorciadas, a assuntos referentes a presente licitação;
* ter poderes expressos para representar o Consórcio em todas as fases do presente processo licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar o Contrato e praticar todos os atos necessários, objetivando a perfeita execução do objeto durante toda a vigência contratual.

**7.4**. Ficarão impedidas de participar as Empresas:

* + - 1. Cujos dirigentes sócios ou gerentes tenham qualquer vínculo empregatício com a Contratante, de acordo com o disposto no inciso III, do artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21.06.93;
      2. Que, por qualquer motivo, tenham sido declarados inidôneos por ato do poder público federal, estadual ou municipal, ou que esteja temporariamente impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com órgãos da Administração Pública municipal.

**7.5 Na forma do disposto no Art. 90 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a pessoa que “Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto” poderá ser punida com pena de detenção de 02 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.**

**8. DA REPRESENTAÇÃO**

8.1. Cada licitante deverá apresentar apenas 01 (um) representante, procurador ou titular que, devidamente identificado e munido de documento hábil, será o único a intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada. Os representantes legais deverão vir munidos de instrumento de mandato com poderes específicos para a prática de quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o poder de interposição de recursos e desistência expressa ao direito de recorrer;

8.1.1. Entende-se como documento hábil para participar da reunião de abertura:

**PROCURADOR** - cédula de identidade e procuração específica ou carta de credenciamento para participação no certame em questão, expedida pela licitante, em papel timbrado e assinado;

**TITULAR** - cédula de identidade e cópia do contrato social registrado na Junta Comercial competente, devidamente autenticado.

8.1.2. O documento do representante procurador ou titular deverá ser entregue fora dos envelopes n.º 1 e 2 antes do início do recebimento dos mesmos.

8.1.3 A não apresentação dos documentos de credenciamento ou a sua incorreção, não inabilitará a LICITANTE, mas impedirá o representante de se manifestar e responder por ela.

**9. DATA E LOCAL DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**

9.1. As licitantes deverão fazer a entrega dos envelopes contendo a Documentação e as Propostas, em **02 (dois)** envelopes ou volumes distintos, devidamente fechados e indevassáveis por seus representantes credenciados até **08h00min do dia 06 de março de 2020**, no Plenário da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, quando, então, terá início a sessão pública, contendo os seguintes dados:

**ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**

**PROCESSO nº. 003/2020 – CONCORRÊNCIA n°. 001/2020**

**DATA DA ABERTURA: 06/03/2020 - HORA: 08h00min**

**[Razão social da empresa licitante]**

**[Endereço, telefone e fax da empresa licitante]**

**ENVELOPE N° 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**

**PROCESSO nº. 003/2020 – CONCORRÊNCIA n°. 001/2020**

**DATA DA ABERTURA: 06/03/2020 - HORA: 08h00min**

**[Razão social da empresa licitante]**

**[Endereço, telefone e fax da empresa licitante]**

9.2. O primeiro volume deverá conter os "Documentos de Habilitação” e o segundo a "Proposta Financeira”.

9.3. A Comissão receberá a documentação da empresa pessoalmente ou por qualquer sistema de entrega, a critério da licitante. A Licitante deverá assegurar-se de que a proposta seja recebida pela Comissão até a data e hora limites, não cabendo à Comissão nenhuma responsabilidade sobre os desvios ou atrasos. As propostas recebidas após o prazo não serão consideradas pela Comissão.

9.4. Os envelopes de documentação e propostas encaminhados à Comissão de Licitação após a data e horário fixado no presente Edital serão devolvidos, ainda fechados, aos respectivos remetentes.

9.5. A Entidade de Licitação não assume responsabilidade alguma relacionada com licitantes que não obtiveram o edital e seus anexos diretamente com a Comissão de Licitação.

9.6. Os licitantes são responsáveis pelas informações para contato da empresa (endereço, fone, e-mail), assim como pela sua atualização perante a entidade licitante.

9.7. Será permitido o uso de cópias, desde que devidamente autenticadas, de documentos contidos nos **“Documentos de Habilitação”** e na **“Proposta Financeira”**, ficando, todavia, a critério da Comissão de Licitação exigir, *"a posteriori"*, a apresentação dos originais.

9.8. Não serão considerados os Documentos e as Propostas apresentadas posteriormente à hora e data fixadas para o recebimento das ofertas.

9.9. Após abertos os trabalhos, não serão recebidos outros documentos ou propostas, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações nas que tiverem sido apresentadas, ressalvada a possibilidade de realização de diligências;

9.10. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas, os representantes credenciados das licitantes com poderes para tal;

9.11. A rubrica aposta em documentação não implicará reconhecimento da validade de seu conteúdo, mas tão somente a sua existência legal.

**10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. As empresas participantes poderão ser representadas no processo por seus titulares ou por representantes legais, munidos de instrumento de mandato com poderes específicos para a prática de quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o poder de interposição de recursos e desistência expressa aos mesmos;

10.2. Os documentos exigidos na habilitação poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas pela Comissão de Licitação, a partir do original, **até o ultimo dia anterior, à data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes documentação, no horário informado no preâmbulo deste Edital**.

**10.2.1. A autenticação de documentos por servidor desta Câmara não induz em reconhecimento de atendimento às condições de habilitação exigidas neste edital;**

10.3 Os documentos emitidos via Internet, dispensam a necessidade de prévia autenticação, devendo, no entanto, ter confirmada sua autenticidade pela Comissão, no momento da análise dos documentos de habilitação;

**10.3.1. Os documentos autenticados por meio digital deverão ser entregues em versão impressa acompanhados da competente Certidão de Autenticidade a que fizer referência.**

10.4 Para Habilitação serão exigidos dos licitantes, exclusivamente, os seguintes documentos:

**10.4.1. Habilitação Jurídica; Regularidade Fiscal e Trabalhista**

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – (Certidão Negativa de Débitos – CND do INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
4. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, (Certidão Negativa de Divida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), Estadual e Municipal, conforme Código Tributário Nacional, Art. 193.
5. Declaração do licitante do cumprimento ao disposto no art. 7°, XXXIII da Constituição Federal, conforme art.27, V, da lei n° 8.666/93.
6. Prova de inscrição e situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.), com emissão de no máximo 90(noventa) dias.
7. Prova de Regularidade Trabalhista, através de certidão expedida gratuita e eletronicamente para comprovar a inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/11.

**10.4.2. Qualificação Econômico-financeira:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

a.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**Sociedade Anônima (S/A):**

- Publicados em Diário Oficial; ou

- Publicados em jornal de grande circulação; ou

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

Obs. As Demonstrações Contábeis compreendem: DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

**Sociedades de Responsabilidade Limitada (LTDA):**

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou

- Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

**Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":**

- Por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

**Sociedade criada no exercício em curso:**

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**Entidades sem fins lucrativos:**

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme caso, ou

- Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme o caso.

Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício)

a.2) A documentação contábil apresentada deverá comprovar a sua efetiva escrituração perante o órgão competente, na forma e nos termos exigidos pela normatização pertinente.

a.3) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade-CRC;

1. A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = > 1

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO TOTAL

SG = > 1

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC = > 1

PASSIVO CIRCULANTE

b.1) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

b.2) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

b.3) Se necessária à atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

b.4) Para cálculo dos índices serão consideradas, no mínimo, duas casas decimais e para efeito de arredondamentos deve-se seguir o disposto na NBR 5891:1977;

c) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor referencial da contratação, mediante apresentação dos documentos contábeis relacionados na alínea “a”.

1. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida dentro de um prazo máximo de **90 (noventa) dias** anteriores à sessão de entrega dos envelopes e abertura da Habilitação, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no próprio documento.

d.1) **Nos casos em que a Certidão de Falência e Recuperação Judicial apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a Comissão de Licitação poderá, na forma do §3º do art. 43 da Lei Federal nº8.666/93, obter através de site do órgão emissor competente, a informação complementar sobre a regularidade da proponente.**

* + 1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** Certidão de Registro ou Inscrição e Quitação da Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de sua sede, devidamente atualizada, na qual conste, em caráter obrigatório o(s) nome(s) de seu(s) responsável (eis) técnico(s);

**b) Capacitação técnico-operacional:** Comprovação de aptidão da empresa para atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na data prevista para a realização do certame, através de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica**, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) **Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT**, expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, que comprove (em) ter a licitante executado, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda pessoa jurídica de direito privado, serviços de natureza similar ao objeto desta licitação, incluindo obrigatoriamente os seguintes serviços planilhados no orçamento base, relativos às parcelas de maior relevância e valor significativo indicadas abaixo:

*Concreto armado de 25 Mpa*

*Alvenaria de vedação de bloco cerâmico*

*Reboco/emboço com argamassa de cimento e areia*

*Revestimento cerâmico de piso tipo porcelanato*

*Pavimentação em blocos intertravados de concreto*

**OBS 1: Os atestados e/ou certidões deverão conter as seguintes informações básicas:**

**1º. Nome da CONTRATADA e do contratante;**

**2º. Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra/serviço);**

**3º. Localização da obra/serviços.**

**4º. Prazo do serviço**

**OBS 2: Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.**

**OBS 3: No caso de Atestado fornecido ao consórcio, do qual a licitante participou como consorciada, só será aceito se a mesma tiver executado como contratado principal, as obras ou serviços, que servirão de comprovação da aptidão técnica exigida no Edital.**

**c) Capacitação técnico-profissional:** Comprovação da empresa de possuir no seu quadro permanente na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior especializado, com experiência na execução de atividades pertinentes, compatíveis e de complexidade tecnológica similar ao objeto da licitação, a ser demonstrada através de **atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado**, acompanhada da respectiva **CAT – Certidão de Acervo Técnico**, devidamente registrada pelo CREA e/ou CAU, sendo considerado para os fins do inciso I, do §1º, do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo indicadas abaixo:

*Concreto armado de 25 Mpa*

*Alvenaria de vedação de bloco cerâmico*

*Reboco/emboço com argamassa de cimento e areia*

*Revestimento cerâmico de piso tipo porcelanato*

*Pavimentação em blocos intertravados de concreto*

**OBS 1: Os atestados e/ou certidões deverão conter as seguintes informações básicas:**

**1º. Nome da CONTRATADA e do contratante;**

**2º. Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra/serviço);**

**3º. Localização da obra/serviços.**

**4º. Prazo do serviço**

**OBS 2: Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.**

**OBS 3: No caso de Atestado fornecido ao consórcio, do qual a licitante participou como consorciada, só será aceito se a mesma tiver executado como contratado principal, as obras ou serviços, que servirão de comprovação da aptidão técnica exigida no Edital.**

**d)** A comprovação de vínculo empregatício do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) técnico(s) apresentado(s), se dará através da apresentação de cópia autenticada:

d.1) do Contrato Social ou Ata de Eleição da Diretoria, devidamente arquivado no Registro próprio, se o(s) profissional(is) for(em) sócio(s) da Empresa Licitante; ou

d.2) do Contrato de Prestação de Serviços, de natureza cível, que demonstre a identificação do profissional; ou

d.3) de Termo de Compromisso firmado entre a licitante e o profissional contendo declaração expressa de que, caso a proponente seja contratada pela entidade licitante, será formalizado vínculo entre as partes (empregatício ou de prestação de serviços de natureza civil) para a realização dos serviços correlatos; ou

d.4) da Ficha de Registro de Empregado (FRE) ou do Contrato de Trabalho, constante da Carteira Profissional, que demonstre a identificação do profissional;

OBS 1. Em caso de substituição do responsável técnico deverá ser observado o §10 do Art. 30 da lei 8.666/93;

OBS 2. Os vínculos relacionados deverão ter prazo mínimo de vigência compatível com a execução do objeto desta licitação;

OBS 3. Não serão aceitos atestados emitidos pelo Licitante em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação.

**e) Declaração da empresa devidamente assinada por seu representante legal de que tem conhecimento das condições e locais onde serão realizados os serviços;**

**e.1)** A visita e a inspeção prévia poderá ser realizada na Câmara Municipal, local de execução dos serviços, a qual visa dar ao licitante conhecimento dos serviços, sua localização e particularidades, em data a ser agendada, antecipadamente, com a Comissão Permanente de Licitação - CPL;

**e.2)** A declaração deverá ser apresentada no envelope referente aos documentos de habilitação;

**e.3)** Todos os custos decorrentes com a visita e a inspeção do local onde serão realizados os serviços são de inteira responsabilidade da licitante;

**10.4.4 – Comprovação de Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:**

10.4.4.1. - Para fins de obtenção dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº. 123/2006 as Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), essa condição deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**I – Empresas optantes pelo Simples Nacional, regida pela Lei nº.123/06:**

a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da LC 123/06.

**II – Empresas não optantes pelo Simples Nacional, regido pela Lei nº. 123/06:**

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do art. 3º da LC 123/2006;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de Inscrição e situação cadastral no CNPJ, com prazo de emissão máximo de 90 (noventa) dias;

d) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da LC 123/06.

10.4.4.2. Os documentos relacionados nos subitem anterior, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº. 103, publicado no DO, do dia 22/05/2007.

10.4.4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.4.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

10.4.4.5. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11. DA PROPOSTA DE PREÇOS

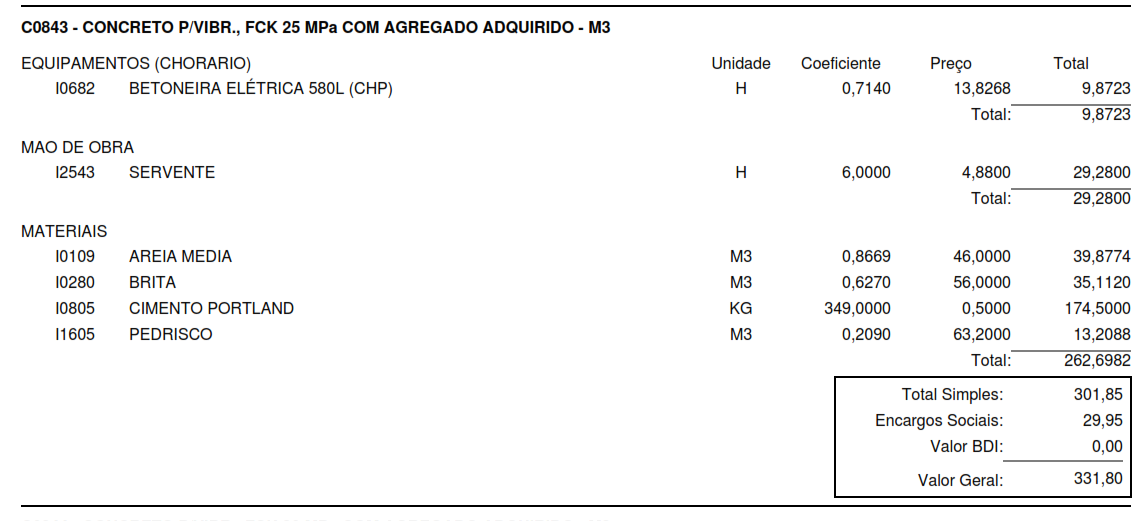
11.1 A proposta de preços deverá ser apresentada de acordo com o modelo Anexo, contendo nome, razão social, endereço da empresa e número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda, em 02 (duas) vias impressas e 01 (uma) em formato digital em mídia CD-ROM, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinadas em todas as folhas, pelo(s) representante(s) legal (ais) da empresa ou procurador com a identificação, devidamente munido de instrumento de mandato que lhe confira poderes para tal, contendo indicações dos respectivos preços unitários e preço total, em algarismos e por extenso.

11.2 Tratando-se ainda da proposta de preços, as planilhas, Preços Unitários e o Cronograma Físico-Financeiro, deverão estar assinadas pelo responsável técnico da empresa, com a devida identificação, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 5.194/66.

11.3 A proposta de preços, deverá ser elaborada tendo como base as condições estabelecidas no presente Edital, Projeto Básico e demais anexos, devendo apresentar as seguintes indicações:

11.3.1 A Planilha Orçamentária Detalhada, expresso em moeda corrente nacional (REAIS) e assinado por engenheiro ou profissional legalmente habilitado (mencionando o número do CREA), com a indicação dos respectivos preços unitários e total, em algarismos, obedecendo à sequência estabelecida pela planilha orçamentária anexa ao presente edital, devendo as especificações, unidades e quantidades dos serviços estarem rigorosamente idênticas às constantes daquelas planilhas. A licitante deverá apresentar a Composição de Custos Unitários de todos os serviços previstos.

11.3.1.1 Quanto às composições de custos unitários, estas devem prioritariamente ser apresentadas no formato clássico constante em várias publicações técnicas e tabelas oficiais (TCPO, SEINFRA, SICRO, etc), por exemplo:



(Exemplo de composição de custos unitários no formato clássico; fonte: SEINFRA-CE)

11.3.2 Deverão estar incluídos nos preços unitários todos os custos com materiais, equipamentos, inclusive transportes, carga e descarga, vigilância, mão de obra com seus respectivos encargos de natureza social, trabalhista e previdenciária, fiscal e parafiscal, tributos, BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e quaisquer outros encargos que incidam sobre a obra e serviços a serem executados, até a entrega final da obra. A licitante deverá apresentar a composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e Composição analítica dos Encargos Sociais.

11.3.3 Preço total da proposta deverá estar consignado em algarismos arábicos e por extenso, entendido preço total como sendo o somatório de todos os preços parciais, resultado do produto dos preços unitários propostos, multiplicados pelos quantitativos constantes das planilhas orçamentárias elaboradas pela Câmara. Em havendo erro de cálculo ou divergência entre os valores, prevalecerão os preços unitários e o resultado do somatório, após as correções realizadas pela Comissão de Licitação.

11.3.4 Prazo de validade da proposta e o prazo de execução da obra.

* 1. Na ausência destas indicações prevalecerão os prazos estabelecidos neste edital.
  2. Em circunstâncias excepcionais, a Entidade de Licitação poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, por escrito, não sendo admitida à introdução de quaisquer modificações na proposta.

11.3.5 Cronograma físico-financeiro de desenvolvimento dos serviços, dentro dos prazos fixados para as realizações das mesmas, indicando os valores e prazos parciais e totais, em reais e percentuais, para cada item, devidamente assinado por técnico legalmente habilitado (mencionando o número do CREA).

11.3.6 Banco, agência e o número de sua conta corrente para efeito de pagamento.

11.3.7 Declaração expressa da licitante que será de sua inteira responsabilidade o recolhimento de todos os impostos, taxas, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, securitários, além de todas e quais quer despesas diretas e ou indiretas que se fizerem necessárias a execução do objeto do contrato.

11.4 Em caso de divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão sempre os primeiros e o resultado do somatório, após as correções realizadas pela Comissão de Licitação.

11.5 Em caso de divergência entre os valores expressos por extenso e os valores expressos numericamente, prevalecerão aqueles expressos por extenso.

11.6 A inobservância da disposição contida nos subitens anteriores ensejará a desclassificação da proposta.

11.7 Os preços ofertados serão considerados fixos e irreajustáveis.

11.8 Juntamente com a proposta, deverão os licitantes apresentar Termo de Compromisso pelo qual se comprometem a: I -seguir as normas trabalhistas, com formalização e registro contratuais de seus empregados; e II - apresentar, caso seja declarada vencedora do certame, a descrição das despesas relativas às medidas de prevenção e segurança do meio ambiente do trabalho. (PS: Exigência contida na Recomendação Notificatório nº 0024/2010 – EA nº 000670.2010.06.00/6 da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região).

12. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1 Os envelopes nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), recebidos simultaneamente com os envelopes nº. 02 (PROPOSTA DE PREÇOS) serão abertos pela Comissão de Licitação na presença das concorrentes, sendo os documentos neles contidos rubricados por todas as licitantes presentes e pela mencionada Comissão.

12.2 Após o Presidente da Comissão de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação, ou à proposta apresentada.

12.3 Nesta mesma reunião, a critério da Comissão, poderão ser analisados os documentos contidos nos envelopes nº 01 e anunciado o resultado da habilitação, podendo a Comissão proceder a abertura dos envelopes nº 02, desde que haja desistência expressa ao direito de recorrer, por parte de todas as proponentes, ou designar o dia e a hora da reunião em que serão abertos os envelopes nº 02 das proponentes habilitadas, respeitados os prazos recursais, devendo os envelopes nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS), devidamente lacrados e rubricados externamente pelos presentes, permanecer sob a guarda da Comissão.

12.4 As licitantes inabilitadas terão suas respectivas Propostas de Preços (envelopes nº 02), devolvidas fechadas, contra recibo, após o término dos prazos recursais, ou após sua renúncia expressa, com registro em Ata da reunião.

12.4.1 A Comissão de Licitação manterá guarda dos envelopes das propostas financeiras das empresas declaradas inabilitadas pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da intimação do resultado final da fase de habilitação. Decorrido este prazo sem que a proposta seja retirada, a Comissão de Licitação providenciará sua destruição.

12.5 Após a abertura dos envelopes nº 02, as propostas neles contidas serão lidas pelo Presidente da Comissão de Licitação, devendo, em seguida, ser rubricadas folha a folha pelos presentes e pela referida Comissão.

12.6 Em cada uma das fases do certame licitatório, caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, poderá suspender a respectiva reunião, a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando na oportunidade, se possível e necessário, nova data e horário em que voltará a se reunir com as licitantes.

12.7 Das reuniões para recebimento dos envelopes nº 01 e nº 02, para comunicação do resultado da documentação apresentada e abertura do envelopes nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS), serão lavradas Atas circunstanciadas, devendo ser assinadas pela Comissão de Licitação e por todos os presentes.

12.8 Todos os atos relativos ao processamento da presente licitação serão realizados no Plenário da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, localizada na Rua Tenente Manuel Barbosa da Silva, nº 131, Cabo de Santo Agostinho – PE.

12.9 A Licitante poderá retirar sua proposta até a data e hora fixados no edital para a sessão inaugural desde que solicite à Comissão de Licitação previamente e por escrito.

12.10 É facultada à Comissão de Licitação em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais às Licitantes, que deverão ser satisfeitas no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

13. JULGAMENTO

**13.1. Avaliação dos Documentos de Habilitação**

13.1.1. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que não atenderem aos requisitos exigidos para participação e habilitação neste Edital, não sendo admitida à concessão de prazo adicional para a apresentação de documentos faltantes.

13.1.2. Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação ou das propostas, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento das propostas e, ainda, não firam os direitos das demais licitantes.

13.1.3. Qualquer documento que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão que prejudique o devido entendimento e/ou prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade.

13.1.4. Caso todas as licitantes venham a ser inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para que as licitantes apresentem novos documentos ou novas Propostas, escoimadas dos vícios que as prejudicaram.

13.2. Avaliação das Propostas Financeiras

13.2.1. Serão desclassificadas:

a) As propostas cuja inexequibilidade for manifesta, na forma do art. 48, inciso II e §1º, da Lei nº 8.666/93;

b) As propostas que não satisfaçam às exigências do Edital ou que apresentem valores unitários superiores aos constantes nas planilhas orçamentárias de referência ou valor global superior ao orçamento básico, qual seja: R**$ 2.267.798,07 (dois milhões, duzentos e sessenta sete mil, setecentos e noventa e oito reais e sete centavos).**

**c) As licitantes que não apresentarem Termo de Compromisso pelo qual se comprometem a: I - seguir as normas trabalhistas, com formalização e registro contratuais de seus empregados; e II - apresentar, caso seja declarada vencedora do certame, a descrição das despesas relativas às medidas de prevenção e segurança do meio ambiente do trabalho. (subitem 11.8. do edital); (PS: Exigências contidas na Recomendação Notificatório nº 0024/2010 – EA nº 000670.2010.06.00/6 da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região).**

13.2.2 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Entidade de Licitação;

OU

b) valor estimado pela Entidade de Licitação

13.2.3. Das Licitantes classificadas na forma do subitem anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas (a) e (b) do subitem anterior, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas neste instrumento convocatório igual à diferença entre o valor resultante do subitem anterior e o valor da correspondente proposta.

13.2.4. Em caso de apresentação de propostas com valores unitários diferentes para itens manifestamente idênticos, a Comissão automaticamente promoverá a correção aplicando o menor preço unitário ofertado nesses itens, desconsiderando os outros valores propostos e adequando o valor global proposto.

13.2.5. Sempre que julgar necessário, a Comissão de Licitação solicitará parecer técnico e/ou jurídico sobre as propostas apresentadas, como também poderá promover diligências.

13.2.6. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas nestes subitens.

13.2.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme determinado no § 2º do Art. 45 da Lei 8.666/93.

13.2.8. Entenda-se como empatadas também as propostas que tenham sido apresentadas por MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta, desde que esta tenha sido apresentada por empresa não enquadrada na situação disposta no art. 3º da LC 123/06.

13.2.9. No caso de empate, nas condições previstas no item acima, entre duas ou mais propostas, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

b) No caso de igualdade de preços, para fins do disposto no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

c) Não ocorrendo o exercício do direito previsto na letra “a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na mesma situação, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.2.10. Decairá o direito aos benefícios outorgados às ME e/ou EPP previstos no item anterior, especificamente no que toca à apresentação de nova proposta em caso de empate ficto:

1. Caso a ME ou EPP melhor classificada não estiver representada na sessão, a Comissão de Licitação suspenderá o certame, procedendo com a intimação da licitante enquadrada na hipótese prevista neste item, tendo a mesma o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da comunicação por parte da Comissão para, querendo, apresentar nova proposta, observando as formalidades impostas no item 11 deste edital, sob pena de preclusão.

a.1) O mesmo procedimento será observado quando o resultado do julgamento da fase de classificação for divulgado através de publicação na imprensa oficial. Neste caso a convocação da licitante beneficiária será promovida após o transcurso da fase de recurso.

1. Quando a ME ou EPP melhor classificada estiver representada na sessão de julgamento das propostas financeiras, a Comissão indagará ao representante da empresa sobre o interesse de apresentar, verbalmente, nova proposta naquele ato. Em caso de inércia, restará decaído o direito ao benefício.

b.1) A licitante que ofertar a nova proposta na sessão terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da lavratura da ata para apresentar sua nova proposta escrita, observando as formalidades dispostas no item 11 deste Edital.

b.2) Caso a licitante não apresente a nova proposta por escrito restará precluso seu direito ao benefício do empate ficto, devendo a Comissão de Licitação observar os procedimentos do item 13.2.10 “c” sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.2.11. Não serão tomadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital, nem aquelas que ofereçam redução sobre a de menor preço, porventura constantes nas propostas de preços.

13.2.12. Não se admitirá proposta, sob pena de desclassificação, que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.2.13. A Comissão de Licitação justificará a classificação para efeito de homologação e adjudicação pelo Presidente da Câmara, dentro dos critérios e normas definidos neste Edital, emitindo seu parecer final, com todos os esclarecimentos pertinentes.

13.2.14. A Comissão será assistida, no julgamento das propostas, por técnico indicado pela empresa vencedora da Tomada de Preços responsável pela fiscalização/consultoria, e caso a referida licitação não seja concluída em tempo hábil em razão de fato superveniente, o julgamento será realizado tão logo todos estes entraves sejam sanados.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

14.1 A Comissão de Licitação fará divulgar o resultado do julgamento da presente CONCORRÊNCIA, na forma prevista no § 1º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

**15. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

15.1. O licitante vencedor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do resultado da licitação, entregará à Comissão de Licitação a planilha de composição dos custos unitários.

15.2 O resultado da licitação será submetido ao Presidente da Câmara, para homologação e adjudicação do objeto da licitação à (s) vencedora (s) do certame.

15.3 A Licitante Vencedora será convocada para assinar o respectivo instrumento contratual de acordo com a minuta constante no anexo a este instrumento convocatório, no prazo definido e estabelecido neste Edital.

**15.4. Para efeito da contratação a licitante vencedora que tiver registro no CREA de outra Unidade Federativa deverá apresentar, obrigatoriamente, o visto do CREA de Pernambuco, tudo de acordo com o estabelecido e determinado na Resolução CONFEA de nº. 413, datada de 27 de julho de 1997.**

15.5 Caso a licitante vencedora não apresente a composição de custos unitários, não assine o termo do contrato, não aceite ou retire o instrumento equivalente nos prazos estabelecidos neste Edital, ou não cumpra outras exigências previstas neste Instrumento convocatório e legislações pertinentes, fica facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

**16. INSTRUMENTO CONTRATUAL**

16.1 Este Edital e seus anexos farão partes integrantes do contrato a ser assinado entre a Administração e a licitante vencedora, no qual ficará estabelecido que o foro da Cidade do Cabo de Santo Agostinho será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no instrumento contratual.

16.2. Ficará a contratada na obrigação de providenciar, por sua conta e responsabilidade, em até 15 (quinze) dias consecutivos após a assinatura do instrumento de contrato, a comprovação de regularidade de situação para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Instituto Nacional do Seguro Social/INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS.

**17. RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1.O objeto desta Licitação será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação escrita da contratada.

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

17.2. O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço objeto da licitação, determinado o que for necessário à regularização das falhas ou ainda, a recusa da licitante vencedora em saná-las no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

18. PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado em até 30 dias, de acordo com os serviços efetivamente realizados, conforme medições mensais, mediante apresentação e aprovação de Nota Fiscal/Fatura.

**18.1.1 As medições e consequentes pagamentos dos Serviços ficarão limitados aos percentuais de execução previstos no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este, devidamente atestado pela a empresa de fiscalização e acompanhamento da obra.**

18.2 As faturas referentes aos serviços executados serão encaminhadas a Diretoria Administrativa e Financeira da Câmara, para as providências relativas a conferência e verificação da compatibilidade com a medição/parecer emitido pela fiscalização, após o que será procedido o pagamento.

18.3 O pagamento dos boletins de medição ficarão condicionados à:

a) apresentação de cópia autenticada em cartório, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços no CREA/PE.

18.4 É condição contratual a manutenção, por parte da contratada, das condições de habilitação, comprovada através de certidões negativa atualizada dos respectivos órgãos, quanto:

a) Existência de qualquer débito para com a Contratante, até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a contratada tenha perante o município;

b) Existência de débitos de obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato, até a sua regularização perante os órgãos competentes;

c) Existência de débitos de natureza fiscal para com as fazendas federal, estadual e municipal.

18.5 A Contratante poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

a) Paralisação dos serviços por parte da contratada, até o seu reinício;

b) Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados;

c) Existência de valores comprovadamente pagos a menor do que o estipulado no detalhamento de sua Proposta de Preços, referentes a taxas e imposto, até a correção dos valores;

f) Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da fiscalização.

18.6 Caso ocorram necessidades de serviços extras, assim entendidos aqueles não orçados na planilha original, estes deverão ser objeto de prévio termo aditivo, devidamente justificado pelo engenheiro fiscal da obra, e aceita a justificativa pelo Presidente da Câmara, a seu critério exclusivo. O cumprimento de tais formalidades se constitui condição *sine qua non* para o respectivo pagamento.

18.7 Os eventuais serviços extras somente poderão ser executados mediante autorização prévia da Contratante e mediante a formalização de termo aditivo, devendo sua execução observar os seguintes nortes:

1. Se tiverem sido previstos em tabelas de referência legítimas, devem ser pagos considerando-se o deságio entre o preço global orçado pela Contratante e o preço global da proposta vencedora, o chamado fator "k";
2. Em relação aos serviços extras não tabelados, a proposta de preços da contratada deverá observar a mesma taxa de bonificação e de despesas indiretas (BDI) verificada na proposta de preços vencedora da licitação. Apenas quando tais propostas forem aceitas pela Contratante, os serviços poderão ser realizados. Deverá a Contratante, ainda, proceder a estudos que demonstrem a compatibilidade dos preços sugeridos com os verificados no mercado.

18.8 Eventuais serviços excedentes deverão ser pagos de acordo com os preços unitários constantes da proposta vencedora e somente poderão ser realizados após específica e circunstanciada autorização da Contratante e mediante a formalização de termo aditivo, devendo-se aferir, inclusive, se os acréscimos solicitados pela Contratada redundaram ou não de eventual erro de projeto, de modo a se observarem regras protetivas do erário.

18.9 A concessão de reajuste será avaliada segundo os termos da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal n°9.069/95, Lei Federal n°10.192/01, normas gerais da União para os contratos administrativos, e, por analogia, a Lei Estadual nº12.525/2003, alterada pela nº12.932/2005, devendo retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.

18.10. Ultrapassados 12 meses da data limite para apresentação da proposta, excluída a responsabilidade da contratada proponente pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços poderão ser reajustados, em periodicidade anual, utilizando-se os índices apurados pela variação do correspondente **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC** fornecido pela **FGV,** dentre aqueles aplicáveis para cada item da planilha orçamentária, conforme fórmula a seguir:

R = V (Im - Io)

                Io

onde,

R = valor do reajustamento;

V = valor a ser reajustado;

Io = índice de reajuste do mês anterior a data limite para apresentação da "Proposta Financeira";

Im = índice de reajuste do mês anterior ao da execução do serviço.

18.11 Quando ocorrer atraso na execução do objeto do contrato, por culpa exclusiva da licitante vencedora, o reajustamento será aplicado, envolvendo exclusivamente os prazos de entrega do objeto definidos neste Instrumento.

18.12 No caso de atraso de pagamento por culpa da Contratada, o reajustamento será calculado somente até a data em que a obrigação deveria ter sido cumprida.

18.13 No caso de eventual antecipação ou atraso de pagamento, o valor devido será diminuído ou acrescido de compensação e calculado pela aplicação do IGP-M do mês do evento, apurados desde a data prevista para tanto, até a data de sua efetivação, calculada pro rata tempore die, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura.

18.14. A contagem do prazo estabelecido para pagamento será interrompido no caso de incorreções nos documentos de cobrança, reiniciando-se a contagem após sanadas as irregularidades pela Contratada.

**19. RESCISÃO CONTRATUAL**

19.1 Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos relacionados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

19.2 Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, terá a contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos serviços corretamente executados.

19.3 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.4. Fica garantida a defesa prévia da Contratada, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**20. PENALIDADES**

O descumprimento das obrigações assumidas pelo licitante estará sujeito às seguintes penalidades, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações:

* 1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a aplicação de multa de até 15% do valor do ajuste, ou multa correspondente à diferença de valor resultante de nova licitação realizada, prevalecendo a de maior valor.
  2. À inexecução total ou parcial do contrato, será aplicada multa, conforme alíneas “a” e “b” deste item, sobre o valor global do contrato, ou multa correspondente à diferença de valor resultante de nova licitação realizada, prevalecendo a de maior valor:
     1. pela inexecução total do contrato, multa de até 15%;
     2. pela inexecução parcial do contrato, multa de até 10%.

20.3 O não cumprimento do prazo máximo de conclusão dos serviços ou entrega de serviços, materiais e equipamentos fixados no contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, ensejará a aplicação das multas de mora a seguir discriminadas, que incidirão sobre o valor global do contrato:

* + 1. multa diária no valor equivalente até 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor global do contrato por cada frente de serviços que deixar de atender, programadas e notificadas à contratada, motivada pela incapacidade de disponibilidade do número mínimo de equipes exigidas;
    2. multa diária de até 0,05% (cinco centésimos por cento), do valor global do contrato por paralisação de serviço sem justa causa;
    3. multa diária de até 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global do contrato por uso incompleto ou não usar o fardamento padrão, bem como a falta de uso dos EPI, EPC e ferramentas;
    4. multa diária de até 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor global do contrato por não disponibilizar os veículos ou quaisquer dos itens da instalação da obra, conforme as condições exigidas no Termo de Referência;
    5. multa diária de até 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global do contrato por uso de sinalização inadequada (velha, quebrada, apagada e insuficiente);
    6. multa de até 0,05% (cinco centésimo por cento) do valor global do contrato por cada intervenção em que ficar comprovado o uso de materiais, peças de reposição ou processo construtivo fora das especificações ou padrões preestabelecidos, bastando para essa caracterização a constatação "in loco" da necessidade da repetição da mesma intervenção dentro do período contratual e, ainda devendo refazer o serviço sem ônus para a Contratante.

20.4 O valor correspondente a qualquer multa aplicada a Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser descontado no boletim de medição do mês vigente do recebimento da notificação da penalidade.

20.5 Os serviços, materiais e equipamentos não aceitos pela Administração deverão ser substituídos pela Contratada, no prazo máximo de 15 dias corridos, a contar da data da comunicação expressa da Administração.

* 1. Configurada o não cumprimento da obrigação contratual, previamente à imposição da multa, será a Contratada notificado da infração e da penalidade a que está sujeito, para, querendo, apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de notificação.
  2. Imposta a multa, deverá ser paga no prazo de até 30 dias, a contar da data de sua intimação, devendo ser observado que:

20.8 O não pagamento da multa no prazo previsto neste artigo ensejará, em sendo a garantia contratual insuficiente para fazer face ao seu valor, na retenção dos créditos existentes em favor da Contratada no valor correspondente a(s) referida(s) multa(s) ou na sua inscrição na dívida ativa, para posterior cobrança judicial.

20.9 Se a licitante vencedora deixar de cumprir os compromissos relativos aos prazos de validade da proposta ou os concernentes às especificações e condições preestabelecidas, a Contratante poderá optar pela convocação das demais propostas, obedecidas sucessivamente a ordem de classificação, ou pela realização de novos processos licitatórios.

20.10 Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

* + 1. advertência por escrito;
    2. suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
    3. declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.
  1. Nenhuma penalidade será aplicada sem que tenha sido assegurado ao(s) licitante(s) ou a (s) Contratada(s) a ampla defesa e o contraditório.
  2. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas;
  3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou sem fundamento relevante, na forma da legislação em vigor.
  4. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da mesma.
  5. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante, conforme a gravidade, às sanções previstas neste item e demais cominações legais cabíveis.

**21.** **RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

21.1 Os recursos administrativos contra as decisões da Comissão de Licitação estão estabelecidos no artigo 109, da Lei n° 8.666/93 e suas alterações;

21.2 Os recursos deverão ser entregues, sob protocolo, na Secretaria Geral da Câmara Municipal/Comissão de Licitação, no horário de 08h00min as 14h00min.

21.3 Será franqueada aos interessados vista aos autos.

**22. SUBCONTRATAÇÃO DE EMPRESAS**

22.1. Não será permitida a subcontratação total do objeto desta licitação, podendo, no entanto, ocorrer a subcontratação de partes desses serviços ou de tarefas à subempreiteiras ou firmas especializadas, **mediante prévia e expressa autorização da Administração Contratante**, mantidas, contudo, integral única e exclusiva responsabilidade da empresa contratada.

**23. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

23.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, em até de 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, em importância equivalente a **5,0% (cinco por cento)** do valor global do contrato, devendo ter prazo de validade igual ou superior ao prazo da execução do serviço em qualquer das modalidades a seguir indicadas:

* + - 1. caução em dinheiro ou título da dívida pública;
      2. seguro-garantia; ou
      3. fiança bancária.

23.2. A garantia mencionada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo inclusive pelas multas eventualmente aplicadas. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá proceder a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificado.

23.3. A garantia de execução será devolvida através de requerimento da CONTRATADA, mediante a apresentação do termo circunstanciado do recebimento dos serviços.

23.4. Caso a CONTRATADA apresente a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo em **Anexo.**

23.5. A Garantia em dinheiro deverá ser prestada, em favor da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, os dados bancários serão informados no ato da contratação.

23.6. Na hipótese de garantia ser prestada em cheque esta apenas será considerada após a compensação deste.

**24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1** A recusa injustificada do vencedor faculta à Administração convocar os licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**24.2.** Os interessados poderão obter informações complementares sobre a licitação, enviando correspondência à Comissão de Licitação, situada na Rua Tenente Manuel Barbosa da Silva, nº 131, Cabo de Santo Agostinho – PE. Fone/Fax: (81) 3521-0829 / 3521-0865, de segunda a sexta-feira, no horário de **08h00min as 14h00min horas**, **em até 05 (cinco) dias úteis** antes da data de recebimento dos envelopes. A Comissão enviará cópia das respostas, incluindo um resumo da pergunta sem identificar a fonte, a todos os licitantes que tenham adquirido este instrumento convocatório diretamente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO. Se, como resultante dos esclarecimentos, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO considerar necessário modificar o edital, reabrirá o prazo conforme especificado no item seguinte.

**24.2.1**. A impugnação deste Edital e de seus Anexos, nos termos e prazos previstos no art. 41, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser dirigida à Comissão de Licitação e protocolizada no Protocolo Geral da Secretaria Geral da Câmara Municipal, no horário das 08h00min às 14h00min.

**24.3.** A solicitação de informações não motivará prorrogação da data da Licitação, salvo se a juízo da COMISSÃO DE LICITAÇÃO forem substanciais.

**24.4.** Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato são de responsabilidade única e exclusiva da contratada.

**24.5.** A contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro e/ou arquiteto diretamente vinculado ao objeto desta licitação.

**24.6.** Durante a vigência do contrato a contratada deverá manter todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle das arrecadações de tributos e contribuições federais/SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS, e outras legalmente exigíveis junto a Administração.

**24.7.** A contratada reconhece o direito da Administração de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, sem qualquer indenização pelos materiais que não estiverem aplicados dentro das especificações prévias, bem como sem qualquer ônus, encargos ou indenizações pelos materiais já empregados na prestação de serviços.

**24.8**. A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados à Administração ou a terceiros, na execução dos serviços contratados.

**24.9**. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**24.10.** A contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter livro(s) de ocorrências, aprovado(s) e rubricado(s) pela Fiscalização, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pela Fiscalização e pela Administração, reclamações ali não registradas.

**24.11.** A contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços/obras executados e a executar, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer e/ou danos e perdas causados a terceiros, obrigando-se até a entrega final, como fiel depositária dos mesmos.

**24.12.** Os serviços objeto deste Edital serão regidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnica.

**24.13** Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão de Licitação, baseado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e nas normas gerais do Direito.

**24.14.** A licitante vencedora deve obedecer todas as exigências e informações contidas no Termo de Referência anexo a este edital, ao qual está plenamente vinculada.

**24.15.** No caso de eventual divergência entre o Edital e seus Anexos prevalecerão as **disposições do segundo;**

**24.16.** No caso de eventuais divergências existentes no Edital e/ou em seus Anexos, quanto ao consignado em algarismo e o disposto por extenso, prevalecerá a disposição deste último.

**24.17.** No caso de eventuais divergências nas planilhas orçamentárias, entre numerários consignados como totalizados e a soma dos respectivos unitários, prevalecerá o resultado da soma destes últimos.

**24.18** É competente o Foro da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho/PE, para discussões de litígios decorrentes da presente Licitação, com renúncia a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de janeiro de 2020.

**Hendrik Francisco Emil Visser**

**Presidente da CPL**

**Rafael Cavalheira Pinto**

**MEMBRO**

**Roberto Lincoln do Nascimento Leite**

**MEMBRO**

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO /** **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

**PROJETO:**

CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DE REFORMA E AMPLIAÇÃO

DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE.

**CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE**

**JANEIRO/2020**

### 1. Apresentação

A Câmara municipal de Vereadores de Santo Agostinho/PE apresenta o Projeto Básico de **CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE**, localizada na sede do município.

* **A Câmara de Vereadores de Santo Agostinho** é um prédio antigo, com área de 1.297,54 m², que atende aos interesses da comunidade do município em geral.

O presente projeto tem como objetivo, como o próprio título sugere, a reforma o prédio existente, bem como adaptações necessárias para atendimento do público diverso, atendendo normas de acessibilidade e segurança, quanto sua ampliação, tendo em vista que as instalações atuais estão no limiar de não atenderem mais às necessidades do público, dos servidores e colaboradores que ocupam a edificação.

Um projeto anterior a este já foi licitado e sua obra teve início, entretanto, a empresa contratada abandonou a obra em novembro de 2019 alegando não haver fluxo de caixa para honrar o contrato em questão. O padrão construtivo dos itens executados foi satisfatório e a contratada executou cerca de 18% do projeto até então vigente. Os itens executados de maior relevância foram:

* Serviços preliminares: barracão, depósito de cimento, gabarito, caixa d´água e isolamento de canteiro;
* Infraestrutura: escavações, cravação de estacas de concreto pré-moldadas, vigas baldrames, impermeabilização e reaterro. Os serviços de infraestrutura estão com 95% dos executados, entretanto não há cravação de estacas a serem feitas;
* Estrutura: no que se diz respeito à estrutura foram executados pilares e vigas do primeiro pavimento, sendo cerca de 95% dos pilares até a altura de fundo de viga e 20% das vigas (no item 7 deste memorial poderá ser encontrado uma planta denominada “Planta Iluminada” identificando pilares e vigas já executados);

Atualmente a câmara abriga dezessete vereadores, sendo que este número deverá subir para vinte e um apartir de 2021, conforme demenda do munícipio. Dessa forma, será necessário um projeto prevendo a ampliação para que sejam perfeitamente alocados tal quantidade de vereadores, assessores, novos servidores e demais cidadãos que venham a se beneficiar da edificação.

### 2. Mapa de Situação



### 3. RESUMO DO PROJETO

PROJETO: **CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE.**

LOCALIZAÇÃO: **Cabo de Santo Agostinho/PE.**

EMPREENDEDOR: **Câmara dos Veriadores do Município de Santo Agostinho-PE (Recursos Próprios).**

POPULAÇÃO BENEFICIADA: **População de Santo Agostinho-PE.**

VALOR DO EMPREENDIMENTO**: R$ 2.267.798,07 (Dois milhões, duzentos e sessenta e sete, setecentos e noventa e oito reais e sete centavos).**

**4. Informações Sobre o Município de Cabo de Santo Agostinho**



**4.1 HISTÓRIA**

A história do Cabo de Santo Agostinho se iniciou antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Uma esquadra espanhola composta por quatro caravelas zarpou de Palos de la Frontera no dia 19 de novembro de 1499. Após cruzar a linha do Equador, o navegador Vicente Yáñez Pinzón enfrentou uma forte tempestade, e então, no dia 26 de janeiro de 1500, avistou o cabo e ancorou suas naus num porto abrigado e de fácil acesso a pequenas embarcações, com 16 pés de fundo, segundo as indicações da sonda. O referido porto era a enseada de Suape, localizada na encosta sul do promontório, que a expedição denominou cabo de Santa María de la Consolación. A Espanha não reivindicou a descoberta, minuciosamente registrada por Pinzón e documentada por importantes cronistas da época como Pietro Martire d'Anghiera e Bartolomeu de las Casas, devido ao Tratado de Tordesilhas, assinado com Portugal.

O mapa de Juan de la Cosa, carta do século XV, mostra a costa sul-americana enfeitada com bandeiras castelhanas do cabo da Vela (na atual Colômbia) até o extremo oriental do continente. Ali figura um texto que diz "Este cavo se descubrio en año de mily IIII X C IX por Castilla syendo descubridor vicentians" ("Este cabo foi descoberto em 1499 por Castela sendo o descobridor Vicente Yáñez") e que muito provavelmente se refere à chegada de Pinzón em finais de janeiro de 1500 ao cabo de Santo Agostinho.

Pormenor do extremo oriental da América do Sul no Mapa de Juan de la Cosa, de 1500. A leste do cabo de Santo Agostinho aparece, desconectada do continente, a Ilha de Vera Cruz (Ysla descubierta por portugal). Por ter descoberto o Brasil, Vicente Yáñez Pinzón foi condecorado pelo rei Fernando II de Aragão em 5 de setembro de 1501. A prefeitura e os governos já nomearam eventos e lugares do município em homenagem ao seu descobridor. Na entrada da cidade há um monumento homenageando o navegador, no intuito de dar as boas-vindas aos visitantes.

* 1. **GEOGRAFIA**

Segundo o IBGE, a área territorial do município é de 448,735 km². A taxa de urbanização é de 90,68%. É o segundo maior município em área territorial da Região Metropolitana do Recife, atrás apenas de Ipojuca. Localiza-se a uma latitude 08º17'12" sul e a uma longitude 35º02'06" oeste, estando a uma altitude de 29 metros. Está a apenas 33 km da capital pernambucana. Se localiza entre os municípios de Jaboatão dos Guararapes (norte); Ipojuca (sul); Escada e Vitória de Santo Antão (oeste).

O relevo de Cabo de Santo Agostinho insere-se na unidade das Superfícies Retrabalhadas, que é constituído por áreas que são retrabalhadas intensamente, com relevo bastante dissecado e com vales profundos. Este tipo de formação é chamada de "mar de morros", forma de relevo que antecede o Planalto da Borborema, que tem solos pobres e vegetação hipoxerófila.

O município está incluso no Grupo de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos. Estando na bacia dos rios: Jaboatão, Pirapama, Gurjaú, Araribá, Pirapora, Cajabuçu, Jasmim e Arrombados. Tendo também em seus cursos hidrográficos os riachos: das Moças, Contra Açude, do Cafofo, Noruega, Santa Amélia, Utinga de Cima, Utinga de Baixo, Algodoais e Arroio Dois Rios. Seus principais açudes são: Pirapama (60.937.000m³), Sicupema (3.200.000m³), Represa Gurjaú, Cotovelo e Água Fria, além da Lagoa do Zumbi.

O clima do município é classificado como clima tropical, do tipo As´. A temperatura média anual é de 25,1 °C, não havendo uma verdadeira estação seca, com chuvas concentradas nos meses de outono e inverno, principalmente entre abril e julho. O meses mais quentes são janeiro e fevereiro, ambos com a temperatura média de 26,4 °C. Já o mês mais ameno é julho com média de 23,5 °C, e ao mesmo tempo o maior precipitação, quando chove em média 308 mm, enquanto novembro, com média de apenas 47 mm, é o mês menos chuvoso.

* 1. **ECONOMIA**

O Produto Interno Bruto (PIB) do Cabo de Santo Agostinho é o segundo maior da Microrregião de Suape e a quarta maior economia do estado. De acordo com os dados do IBGE, referentes a 2011, o PIB do município era de R$ 5.401.388 mil. 904.587 mil eram de impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes. O PIB per capita era de R$ 28.859,89 mil, sendo o segundo maior do estado.

**Setor primário:** A agropecuária é o setor menos relevante na economia cabense, somando um valor adicionado bruto de R$ 19.673 mil, ou 0,44% de toda economia. No passado o município era bastante dependente da monocultura da cana-de-açúcar, foi graças à criação de engenhos que o Cabo passou a existir como um próspero povoado e mais tarde como um município. No entanto, esta atividade passou a perder importância, principalmente após a criação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, no final dos anos 70. Há 1.526 estabelecimentos agropecuários no seu território e 626 proprietários.

Segundo dados do censo pecuário de 2012, na lavoura permanente foram destaques a produção de manga (90 toneladas em 20 hectares); maracujá (60 toneladas em 10 hectares); Goiaba (60 toneladas em 20 hectares); limão (50 toneladas em 10 hectares); laranja (25 toneladas em 10 hectares); banana (2.500 toneladas em 500 hectares) e coco-da-baía (2.500 frutos em 100 hectares).

Já na lavoura temporária, o destaque foi a seguinte produção: cana-de-açúcar (315 mil toneladas em 7.000 hectares).

Segundo dados do censo pecuário de 2012, o município possui 41.250 mil aves (galos, frangas, frangos e pintos). Tendo 1.687 cabeças de bovinos e 206 cabeças de bubalinos. Naquele ano foi contado 117 suínos, 136 ovinos e 28 muares.

A produção de leite foi de 400 mil litros, a produção de mel foi de 870 kg, 190 mil ovos foram produzidos, além de 8 mil dúzias de ovos de codorna. Ao todo, 506 vacas foram ordenhadas.

**Setor secundário**: A indústria é o setor mais relevante na economia cabense, com R$ 2.491.755 mil, representando cerca de 55,4% da economia. O município tem uma das indústrias mais fortes e a mais diversificada de Pernambuco e da região nordeste.[9] Segundo dados da Estatística do Cadastro Central de Empresas, no ano de 2011 o município possuía 2.607 empresas atuantes, com 39.353 pessoas assalariadas, 42.108 pessoas ocupadas e o salário médio de 2,8 salários mínimos. Salários, juntamente com outras remunerações somavam 724.400 mil reais.

Sedia algumas das principais indústrias da região nordeste, como a Refrescos Guararapes Ltda. (Coca-Cola), a Copagás Distribuidora de Gás Ltda., Petrobrás Distribuidora S/A, Shell do Brasil S/A, a Pamesa S/A, a Unilever S/A e a Pepsico do Brasil.

**Setor terciário**: Esse setor detém 44,1% da economia municipal, somando um valor adicionado bruto de R$ 1.985.372 mil. Segundo dados da Agência Condepe/Fidem, 16.480 mil pessoas trabalham nos setores comercial e de prestação de serviços.

Em 2009 a cidade inaugurou o seu primeiro shopping, o Costa Dourada, localizado na rodovia PE-060, no bairro Garapu. O centro comercial tem uma área construída de 24.000 m², com aproximadamente 20.000 m² de área bruta locada (ABL), com estacionamento com capacidade de até 1000 vagas. Conta com 100 lojas, 3 âncoras e 2 mega-lojas, além de bancos, área de diversão eletrônica, cinema em 3D, entre outros.

* 1. **CULTURA**

O órgão responsável pelo setor cultural é a Secretaria Executiva da Cultura e Lazer, que é a que organiza e realiza atividades e eventos que visem o desenvolvimento cultural no município.

**Festa da Lavadeira:** A festa folclórica passou a existir em 1987, após o artista plástico Eduardo Melo comprar uma escultura de Ronaldo Câmara Sá, que também é artista plástico, e expô-la em frente a uma casa de praia no bairro do Paiva. A imagem era de uma mulher lavadeira, que chamou a atenção de alguns habitantes do bairro, que passaram a levar à figura presentes e oferendas, como frutos da época e comida caseira. Desse modo, do encontro da população do bairro e amigos à escultura, foi se formando a atual Festa da Lavadeira, que aconteceu no mês de outubro, no ano de 2013.

**Esportes:** Há dois clubes profissionais na cidade, a Associação Desportiva Cabense e o Ferroviário Esporte Clube do Cabo. A Associação Desportiva Cabense foi fundada em 26 de novembro de 1995 e tem como o símbolo o pássaro azulão. O clube participou pela primeira vez do Campeonato Pernambucano em 1996, sendo o vice-campeonato da segunda divisão do pernambucano o seu melhor resultado. Seu estádio é o Gileno de Carli, com capacidade para cinco mil pessoas.

**4.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

* http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html
* http://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2016/apuracao/cabo-de-santo-agostinho.html
* IBGE (10 de outubro de 2002). «Área territorial oficial». Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Consultado em 5 de dezembro de 2010
* «estimativa da população 2017 » população estimada » comparação entre os municípios: pernambuco». Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 30 de agosto de 2017. Consultado em 30 de agosto de 2017
* «Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil». Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2010. Consultado em 9 de setembro de 2013
* «Pernambuco » Cabo de Santo Agostinho » Produto Interno Bruto dos municípios - 2013». Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consultado em 11 dez. de 2015
* «Neste dia, em 1500, o Brasil era descoberto... por espanhóis». Aventuras na História. Consultado em 14 de fevereiro de 2019
* «Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, já foi vizinho da África». UOL. Consultado em 16 de junho de 2019
* Fundação Joaquim Nabuco. «Suape - Porto e Complexo Industrial». Consultado em 7 de fevereiro de 2014. Cópia arquivada em 7 de fevereiro de 2014

**5. MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES**

**5.1 MEMORIAL DESCRITIVO**

Projeto Básico de **CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE**, localizada na sede do município.

* **A Câmara de Vereadores de Santo Agostinho** é um prédio antigo, com área de 1.297,54 m², que atende aos interesses da comunidade do município em geral.

O projeto prevê a ampliação para que sejam perfeitamente alocadas as demandas dos vereadores, assessores, novos servidores e demais cidadãos que venham a se beneficiar da edificação. O Projeto prevê adaptação do prédio, contemplando ampliação, aumento a área construída para 2.826,90 m².

O projeto pode ser dividido em duas partes, sendo elas: A reforma e a ampliação.

* Reforma:

Para a área a ser reformada, nos ambientes de recepção, contabilidade, corredores, gabinetes e plenária foram previstos piso em porcelanato, forro de gesso, cerâmica 10x10 até meia parede (nos corredores), substituição das esquadrias, tomadas, espelhos de luz, luminárias e pintura das paredes. A fachada do prédio existente será em pintura textura acrílica e porcelanato. A guarita também será reformada seguindo as mesmas especificações. Toda a iluminação externa será alterada e ampliada para iluminação em LED.

* Ampliação:

Já na área a ser ampliada, o projeto prevê a criação de um prédio anexo que será interligado ao existente através de corredores. A área a ser expandida será executada em concreto armado tendo um desnível em relação ao prédio existente de 40cm (o novo prédio terá cota mais elevada). A fachada terá um acabamento em 03 materiais: pintura acrílica, elemento vazado (cobogó) e pele de vidro. Nos ambientes internos serão previstos piso em porcelanato, forro de gesso, cerâmica 10x10 até meia parede (nos corredores), esquadrias, tomadas, espelhos de luz, luminárias e pintura das paredes. Nas áreas de gabinetes serão executadas paredes em divisórias de gesso.

Além da ampliação da edificação também será criado uma estação de tratamento de esgoto para atender à câmara como um todo. Este sistema contará com associação de fossa, filtro, cloração e por fim despejo no corpo receptor. A área de estacionamento também será ampliada sendo pavimentado com blocos intertrados.

**5.1.1 ESTUDOS**

**LEVANTAMENTO CADASTRAL E ESTUDO DE NECESSIDADES**

A Câmara de Vereadores de Santo Agostinho é um prédio antigo, com área de 1.297,54 m², que atende aos interesses da comunidade do município em geral.

As intervenções têm como objetivo, como o próprio título sugere, a reforma do prédio existente, bem como adaptações para atendimento do público diverso, atendendo normas de acessibilidade e segurança, quanto sua ampliação, tendo em vista que as instalações atuais estão no limiar de não atenderem mais às necessidades do público, dos servidores e colaboradores que ocupam a edificação.

**5.1.2 PROJETOS**

**PROJETO ARQUITETÔNICO**

O projeto de arquitetura foi elaborado pela arquiteta Cristiane da Motta Aragão Branco sob CAU 28745-8. Tendo como objetivo atender às demandas da Câmara dos Vereadores. O projeto consiste em duas etapas nas quais foram a reforma do prédio existente, fazendo adaptações de acessilibdade, segurança e dando um aspecto de modernindade à câmara. A ampliação, seguindo o mesmo conceito da reforma, se fez necessário devido às necessisadades da câmara em aumentar o numero de gabinetes e salas para seus servidores.

As soluções dadas para os ambientes internos de forma geral foram porcelanato no piso, pintura acrílica nas paredes, cerâmica 10x10 até 1,50m de altura e complemento de pintura acrílica nas paredes nas regiões dos corredores e forro de gesso. Já para os ambientes externos foram previstos piso intertravado e pavimentação de concreto com acabamento rústico nas áreas de estacionamento e grama nos jardins. Quanto ao revestimento externo das paredes foram definidos diversos matérias conforme projeto como pele de vidro, textura, elementos vazados (cobogó) e pastilhas de porcelana. Na fachada frontal da edificação foi previsto também um letreiro com uliminação em LED identificando a câmara.

**ESTUDO GEOTÉCNICO**

Devido à esta obra já ter se dado inicio, há um conhecimento prévio do solo da região de implantação da obra, no qual não se faz necessários estudos complementares, visto que mais de 95% de suas fundações já foram executadas.

**PROJETO ESTRUTURAL**

O projeto estrutural foi desenvolvido com a tipologia de concreto armado de 30 MPa de resistência sobre estacas profundas pré-moldadas de concreto armado já executadas. A infraestrutura de baldrames e superestrutura de pilares, vigas e lajes do tipo lajota-vigota com espessuras variadas.

**PROJETO DE INSTALAÇÕES**

O projeto de arquitetura apresenta um layout dos pontos elétricos e hidrossanitários, sendo estes orçados através de itens próprios das tabelas de referência que consideram os consumos típicos de insumos para cada natureza de ponto. As composições destes itens apresentam um dimensionamento básico dos materiais que comporão cada serviço (por exemplo: todos os cabos de tomadas com no mínimo 2,5mm² de seção e os de iluminação com no mínimo 1,50mm² de seção, conforme indicação de projeto). Também as normas da ABNT fixam uma série de parâmetros que, em conjunto os demais elementos das plantas e memórias, são suficientes para permitir a realização da obra sem dificuldades técnicas significativas.

O projeto elétrico é trifásico de 380V com ramais de distribuição em eletrodutos rígidos sobre do forro com demais pontos embitos nas paredes.

O projeto hidráulico é um sistema de água fria predial com tubulações de pvc embutadas nas paredes com diâmetros variados conforme projeto, com aparelhos de utilização louças brancas e torneiras metálicas.

O projeto de saneamento prevê uma estação de tratamento de egosto do tipo associação de fossa, filtro e tanque de cloro permitindo o tratamento de todo o esgoto produzido pela câmara.

Em todos os casos, na ausência de informações ou restando dúvidas, a empresa executora deverá consultar a equipe de fiscalização, que providenciará os detalhamentos necessários para a realização dos serviços previstos, com vistas à conclusão da obra dentro do escopo do projeto, e em totais condições de segurança.

**5.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

A seguir serão apresentadas as especificações técnicas para o Projeto Básico de **CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE**

A elaboração deste trabalho teve como parâmetros as informações contidas nos diversos projetos, assim como as recomendações das Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Embasado tecnicamente nos documentos acima citados, este trabalho visa estabelecer as diversas fases da obra, desenvolvendo uma metodologia para execução de certas atividades ou etapas da construção e também definir através de fabricantes e marcas os produtos a serem empregados ou utilizados, garantindo-se um meio de aferir os resultados obtidos, assegurar um controle permanente e o melhor padrão de qualidade.

Todos os serviços deverão ser executados segundo estas especificações e metodologias e materiais descritos no Projeto Básico, bem como qualquer norma técnica específica em vigor, e ainda de acordo com as leis e normas de segurança do trabalho.

Será sempre suposto que este documento é de total conhecimento da empresa encarregada pela construção.

**5.2.1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1. Todos os materiais, obras e serviços a serem empregados ou executados, deverão atender ao exigido nas presentes especificações, nos projetos elaborados, no contrato firmado entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CABO DE SANTO AGOSTINHO e o EMPREITEIRO, nas ordens** escritas da FISCALIZAÇÃO, e, nos casos omissos, nas Normas e Especificações da ABNT e do fabricante do material.

2. Toda e qualquer modificação que acarrete aumento ou traga diminuição de quantitativos ou despesas, será previamente outorgada por escrito pela FISCALIZAÇÃO e só assim tomada em consideração no ajuste final de contas. Essas modificações serão medidas e pagas ou deduzidas, com base nos preços unitários de contrato.

3. Os acréscimos cujos serviços não estejam abrangidos nos preços unitários estabelecidos no contrato, serão previamente orçados de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO.

4. O EMPREITEIRO deverá permitir a inspeção e o controle, por parte da FISCALIZAÇÃO, de todos os serviços, materiais e equipamentos, em qualquer época e lugar, durante a execução das obras.

5. Qualquer material ou trabalho executado que não satisfaça às Especificações ou que difira do indicado nos desenhos, ou qualquer trabalho não previsto, executado sem autorização escrita da FISCALIZAÇÃO, será considerado inaceitável, ou não autorizado, devendo o EMPREITEIRO remover, reconstituir ou substituir o mesmo, ou qualquer parte da obra comprometida pelo trabalho defeituoso, sem qualquer pagamento extra.

6. Se as circunstâncias ou condições locais tornarem, porventura, aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados por outros equivalentes, essa substituição somente poderá se dar mediante autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, para cada caso particular.

7. O EMPREITEIRO deverá retirar do canteiro das obras os materiais porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação atinente ao assunto.

8. O EMPREITEIRO deverá estar informado de tudo o que se relacionar com a natureza e localização das obras e serviços e tudo mais que possa influir sobre os mesmos.

9. Os equipamentos a empregar deverão apresentar perfeitas condições de funcionamento, e serem adequados aos fins a que serão destinados.

10. Será expressamente proibido manter no recinto da obra, quaisquer materiais não destinados à mesma.

11. A vigilância do canteiro de obras será efetuada ininterruptamente, até a conclusão e recebimento das obras por parte da FISCALIZAÇÃO.

12. As estradas de acesso por ventura necessárias serão abertas e conservadas pelo EMPREITEIRO.

13. Deverá ser previsto, em cada caso específico, o pessoal, equipamento e materiais necessários à administração e condução das obras.

14. O emprego de material similar, quando permitido nos Projetos elaborados e Especificações entregues, ficará condicionado à prévia autorização da FISCALIZAÇÃO.

15. A mão-de-obra a empregar deverá ser de primeira qualidade e se possível do próprio município que no qual será executada a obra, de modo a permitir uma perfeita execução dos serviços e um acabamento esmerado dos mesmos.

16. Deverão ser empregadas ferramentas adequadas ao tipo de serviço a executar.

17. A critério da FISCALIZAÇÃO, poderão ser efetuados periodicamente, ensaios qualitativos dos materiais a empregar, bem como dos concretos e argamassas.

18. O EMPREITEIRO deverá elaborar para fins de acompanhamento semanal da execução da obra, um Cronograma Físico de Barras para as diversas etapas da construção.

19. Deverá existir, obrigatoriamente, no escritório da obra um LIVRO de OCORRÊNCIAS, onde serão registrados pela FISCALIZAÇÃO e/ou pelo EMPREITEIRO, o andamento e as ocorrências notáveis da obra.

20. Salvo indicação em contrário no Edital ou seus anexos, a medição e pagamento dos serviços serão procedidos consoante as determinações e critérios estabelecidos nestas especificações.

O Projeto Básico contendo Especificações Técnicas e Orçamento Quantitativo foi elaborado sob responsabilidade direta da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CABO DE SANTO AGOSTINHO. A CONTRATADA, ao aceitar os projetos, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pela execução, salvo se comunicar por escrito sua inexequibilidade parcial ou total. Nesta hipótese deverão apresentar a FISCALIZAÇÃO as modificações necessárias, as quais serão examinadas pelo Departamento de Engenharia desta Municipalidade, antes de sua execução.

O caráter geralista das especificações abaixo é devido ao fato de se utilizarem tabelas oficiais para a elaboração do orçamento básico da obra, de modo que cumulativamente se aplicam ao projeto em questão as disposições dos Cadernos de Encargos do SINAPI aplicáveis aos serviços oriundos dessa tabela.

**5.2.2 ESPECIFICAÇÕES**

***SERVIÇOS PRELIMINARES***

**PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO**

Antes do início de qualquer trabalho deverá ser instalada a placa de obra, no padrão do Município, nas dimensões de (2,50x1,50)m. A placa deverá ser em chapa de aço galvanizado, adesivada ou pintada, e estruturada em madeira e/ou aço, sendo instalada em local indicado pela Prefeitura.

**Método construtivo:**

- Corte e montagem do painel da chapa da placa, nas dimensões indicadas no projeto, estruturada em madeira de lei tratada e pintada ou estrutura metálica.

- Pintura da chapa, ou colagem de adesivo, com informações do contrato, a serem disponibilizadas pela Prefeitura Municipal.

- Instalação dos suportes da placa, em número mínimo de 03, com madeira de lei com seção mínima de 10x15cm, ou estrutura metálica apropriada.

- Fixação da placa no local indicado pela Prefeitura, com chumbamento no terreno com no mínimo 1,00m de profundidade, sendo apoiado com estais ou escoras, de modo que fique completamente firme e segura.

**Critério de medição**: pela área do painel da placa (m²)

**DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS**

Considera-se “DEMOLIÇÃO” o ato de desfazer qualquer serviço existente, cujos materiais empregados não tenham condições de reaproveitamento, resultando daí entulho, de obra, que poderá ser removido ou não, logo após a demolição, para os locais que a fiscalização autorizar.

Considera-se “RETIRADA” o ato de desfazer cuidadosamente qualquer serviço existente, tendo em vista o reaproveitamento dos materiais, os quais serão selecionados e guardados em local conveniente, constituindo propriedade do cliente a que pertença a obra.

Os serviços de “Demolição” ou “ Retirada” são complementados pela “Remoção” que consiste no transporte do material até local de armazenamento na obra ou local de carga em veículo apropriado, para transporte para fora da obra.

Antes do início dos serviços, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura a ser demolida. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na construção da edificação, as condições das construções da edificação, as condições das construções vizinhas, dentre outros.

As linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás, bem como as canalizações de esgoto e águas pluviais deverão ser removidas ou protegidas, respeitando as normas e determinações das empresas concessionárias de serviços públicos.

A Contratada deverá fornecer, para aprovação da Fiscalização, um programa detalhado, descrevendo as diversas fases da demolição previstas no projeto e estabelecendo os procedimentos a serem adotados na remoção de materiais reaproveitáveis.

Os tapumes e outros meios de proteção e segurança serão executados conforme o projeto e as recomendações da Norma NBR 5682.

Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais indicados pela Fiscalização.

A Contratada será responsável pela limpeza da área, ao término dos serviços.

**Critério de medição:** Tanto as demolições ou retiradas de serviços, bem como as remoções, serão medidas de acordo com as unidades constantes em Planilha Orçamentária.

**Normas e práticas complementares:**

A execução de serviços de Demolição deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

• Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

• Normas da ABNT e INMETRO:

NBR 5682 - Contratação, Execução e Supervisão de Demolições – Procedimento

NB-18 - Obras de construção, demolição e reparos

• Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

• Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREACONFEA.

•CEHOP - ES 00045.

***TRABALHOS EM TERRA***

**ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS**

A escavação manual prevista consiste nas valas para as fundações das edificações projetadas.

**Método construtivo:**

- Execução dos gabaritos para locação, delimitando as áreas a escavar.

- Escavar as valas utilizando picareta (“chibanca”) e/ou enxada, nas dimensões projetadas.

- Remover o material escavado do interior da vala para sua lateral, visando sua posterior remoção para o local de bota-fora previsto em projeto.

- Manter a superfície do fundo da vala o mais regular possível, para evitar alterações significativas nas fundações.

- As áreas onde estiverem sendo executados serviços de escavação deverão estar devidamente protegidas e sinalizadas ao tráfego de veículos e pedestres.

- Quando necessário, os locais escavados deverão ser isolados, escorados e esgotados por processo que assegure proteção adequada.

- Ao se atingir a cota de projeto, o fundo da escavação será regularizado e limpo, para receber a fundação.

**Critério de medição**: pelo volume geométrico de escavação executada (m³)

**REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE**

O reaterro manual previsto consiste no fechamento das valas após a conclusão dos elementos das fundações.

**Método construtivo:**

- No serviço de reaterro, será utilizado o próprio material das escavações.

- O reaterro será executado com o máximo de cuidado, a fim de garantir a proteção das fundações implantadas.

- O reaterro somente será iniciado após a cura dos concretos e argamassas das fundações, quando autorizado pela Fiscalização.

- De maneira geral, o reaterro será executado em camadas consecutivas, convenientemente apiloadas, com auxílio de soquete manual ou mecanicamente, em espessura máxima de 0,20m.

- Deverá haver razoável controle da umidade do material empregado no reaterro e da energia de compactação empregada, visando obter uma compactação satisfatória.

**Critério de medição**: pelo volume geométrico de reaterro executado (m³)

**ATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO**

O aterro está previsto para os caixões das fundações, tendo em vista que as cotas de piso são superiores às cotas do terreno natural no entorno das edificações.

**Método construtivo:**

- O aterro deverá ser realizado com material argilo-arenoso proveniente de empréstimo, com umedecimento e compactação utilizando-se “sapinho”, sendo importante conferir o nivelamento do terreno visando obter uma superfície uniforme.

- Deve-se iniciar o aterro sempre no ponto mais baixo, em camadas horizontais superpostas com espessura máxima de 0,20m.

- Também deve-se prever o caimento lateral ou longitudinal para rápido escoamento das águas pluviais, evitando-se o seu acúmulo em qualquer ponto.

- Para todos os trabalhos, deve-se observar a umidade de compactação do solo.

**Critério de medição**: pelo volume geométrico de aterro (m³)

***INFRAESTRUTURA / ESTRUTURA***

**LASTRO DE CONCRETO MAGRO**

Está previsto o lançamento de lastro de concreto com 5cm de espessura nas valas onde serão executados elementos de fundações, com o objetivo de regularizar, uniformizar e impermeabilizar a superfície de assentamento das fundações.

**Método construtivo:**

- O lastro de concreto é empregado para preparo e impermeabilização da superfície de solo que receberá os elementos de fundação.

- A fabricação e utilização do concreto deve seguir as definições estabelecidas na NBR 12655.

- Após a conclusão das escavações, o fundo da vala deverá ser regularizado e umedecido, para recebimento do lastro de concreto.

- O lastro de concreto deverá ser lançado e espalhado em toda a extensão das valas, sendo em seguida adensado e compactado, devendo ao final apresentar uma superfície regular e uniforme, onde serão assentados os elementos de fundação.

**Critério de medição**: pelo volume geométrico de lastro de concreto (m³)

**FORMAS PARA FUNDAÇÕES**

**FORMAS PARA PILARES**

**FORMAS PARA VIGAS E LAJES**

As formas dos elementos de fundação serão em tábuas, com aproveitamento mínimo de 4 vezes. Já as formas para pilares, vigas e lajes serão com chapa de madeira compensada resinada, com aproveitamento mínimo de 8 vezes.

**Método construtivo:**

- Deverão ser executadas de modo que o concreto acabado tenha as formas e as dimensões do projeto, de acordo com alinhamentos e cotas, e que apresente uma superfície lisa e uniforme.

- Deverão ser projetadas de modo que suportem os efeitos do lançamento e adensamento do concreto.

- As dimensões, nivelamento e verticalidade das formas deverão ser verificadas cuidadosamente.

- Antes da concretagem, serão removidos, do interior das formas, todo o pó de serra, aparas de madeira e outros restos de materiais.

- Em pilares ou paredes, nos quais o fundo é de difícil limpeza, deverão ser deixadas aberturas provisórias para facilitar essa operação.

- As juntas das formas serão obrigatoriamente vedadas para evitar perda da argamassa do concreto ou de água.

- Nas formas para superfícies aparentes de concreto, o material a ser utilizado deverá ser a madeira compensada plastificada, as chapas de aço ou as tábuas revestidas com lâminas de compensado plastificado ou com folhas metálicas.

- Para superfícies que não ficarão aparentes, o material utilizado poderá ser a madeira mista comumente usada em construções ou as chapas compensadas resinadas.

- Antes da concretagem, as formas deverão ser molhadas, mantendo-se as superfícies úmidas, mas não encharcadas.

- Salvo indicação em contrário, todos os cantos externos e bordos das superfícies aparentes das peças de concreto a serem moldadas deverão ser chanfrados, por meio da colocação de um “bite” de madeira. Esse “bite” deverá ter, em seção transversal, o formato de um triângulo retângulo isósceles, cujos lados iguais devem medir 2,00 cm.

- As uniões das tábuas, folhas de compensados ou chapas metálicas, deverão ser de topo e repousarão sobre vigas suportadas pelas peças de escoramento.

- Os encaixes das formas deverão ser construídos e aplicados de modo a permitir a sua retirada sem se danificar o concreto.

**Critério de medição**: pela área de formas empregadas (m²)

**ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO CA-50 E CA-60**

As armações dos elementos das estruturas de concreto armado projetadas estão detalhadas no projeto estrutural.

**Método construtivo:**

- O corte, estiramento e dobramento das barras de aço doce deverão ser executados a frio, de acordo com os detalhes do projeto e as prescrições da ABNT.

- Quando se tratar de aços encruados (CA-50B, CA-60B, etc.), não se admitirão aquecimentos em hipótese alguma.

- A barras de aço cortadas e dobradas, quando não aplicadas imediatamente, serão numeradas e etiquetadas de acordo com os números da prancha e de sua posição no projeto estrutural.

- Deverão ser estocadas em local limpo e seco e sem contato direto com o solo.

- Quando da liberação de frente de serviço para sua aplicação, caso a armadura apresente-se suja ou desenvolvendo processo de corrosão, deverá ser limpa com escova de aço e jato de água antes de sua utilização.

- Caberá à Fiscalização definir a necessidade dessa limpeza e a qualidade da mesma, antes de liberar a sua utilização.

- As armaduras serão montadas com as barras de aço e colocadas nas formas, nas posições indicadas no projeto, sobre espaçadores de plásticos Jeruelplast ou similar, ou ainda sobre peças especiais (caranguejos), quando for o caso, de modo a garantir seus recobrimentos com concreto e seus necessários afastamentos das formas.

**Critério de medição**: pelo peso de armação empregada (kg)

**CONCRETO ESTRUTURAL VIRADO EM OBRA INCLIVE LANÇAMENTO**

As estruturas de concreto armado das edificações previstas, devido ao pequeno volume necessário e as condições logísticas características do Município, serão com concreto dosado em obra, com preparo mecânico em betoneira.

**Método construtivo:**

- Para fabricação no Canteiro, deverá ser utilizada betoneira convencional de funcionamento automático ou semiautomático, que garanta a medição e a exata proporção dos ingredientes.

- As betoneiras de concreto funcionarão sob inspeção permanente e deverão satisfazer às seguintes exigências: serão equipadas com dispositivos de fácil ajustagem, para compensar as variações do teor de umidade dos agregados e dos pesos dos ingredientes; a imprecisão total na alimentação e na mistura dos materiais não deverá exceder a 1,5% para a água e o cimento, e 2% para qualquer tipo de agregado; as balanças serão equipadas com dispositivos que indiquem os pesos durante todo o ciclo de carregamento das mesmas, de zero até a carga completa, devendo ser inspecionadas, aferidas e ajustadas, pelo menos mensalmente.

- Os materiais deverão ser colocados no tambor da betoneira de modo que uma parte da água de amassamento seja introduzida antes dos materiais secos na seguinte ordem: primeiro parte do agregado graúdo; em seguida o cimento e a areia; o restante da água; e, finalmente, a outra parte do agregado graúdo.

- Os concretos e a sua execução deverão obedecer ao prescrito nas Normas Brasileiras pertinentes.

- A concretagem somente pode ser feita após a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, que procederá as devidas verificações das formas, escoramentos e armaduras, devendo os trabalhos de concretagem obedecer a um plano previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO.

- A critério da FISCALIZAÇÃO, não será permitida a concretagem durante a noite ou sob fortes chuvas.

- Antes da concretagem, as posições e vedação dos eletrodutos e caixas, das tubulações e peças de água e esgoto, bem como de outros elementos, serão verificados pelos instaladores e pela FISCALIZAÇÃO a fim de evitar defeitos de execução nessas partes a serem envolvidas pelo concreto.

- Antes da concretagem deverá ser estocado no canteiro de serviço, o cimento (devidamente abrigado) e os agregados necessários à mesma, assim como se encontrar na obra o equipamento mínimo exigido pela FISCALIZAÇÃO, bem como esgotadas as cavas de fundação.

- A fim de evitar a ligação de muros ou pilares a construir, com outros já existentes, se for o caso, a superfície de contato deverá ser recoberta com papel isopor, reboco fresco de cal e areia ou pintura de cal.

- Os caminhos e plataformas de serviços para a concretagem não deverão se apoiar nas armaduras, a fim de evitar a deformação e deslocamento das mesmas.

- A fim de permitir a amarração da estrutura com alvenaria de fechamento, deverão ser colocados vergalhões com espaçamento de 50 cm e salientes, no mínimo, 30 cm da face da estrutura.

- A mistura do concreto será feita em betoneiras com capacidade mínima para produzir um “traço” correspondente a 01(um) saco de cimento. Não será permitido a utilização de frações de 01(um) saco de cimento. O tempo de mistura deverá ser aquele suficiente para a obtenção de um concreto homogêneo.

- Quando, em casos especiais, a FISCALIZAÇÃO autorizar o amassamento manual do concreto, este será feito sobre plataforma impermeável. Inicialmente serão misturados a seco, a areia e o cimento, até adquirirem uma coloração uniforme. A mistura areia-cimento será espalhada na plataforma, sendo sobre ela distribuída a brita. A seguir adiciona-se a água necessária, procedendo ao revolvimento dos materiais até obter uma massa de aspecto homogêneo. Não será permitido amassar manualmente, de cada vez, um volume de concreto superior ao correspondente a 100 Kg (cem quilogramas) de cimento.

- Em qualquer caso, o volume de concreto amassado destinar-se-á a emprego imediato e será lançado ainda fresco, antes de iniciar a pega. Não será permitido o emprego de concreto remisturado e nem a sua mistura com concreto fresco. Entre o preparo de mistura e o seu lançamento na forma, o intervalo de tempo máximo admitido é de 30 (trinta) minutos, sendo vedado o emprego de concreto que apresente vestígios de pega ou endurecimento.

- A FISCALIZAÇÃO deverá rejeitar para o uso na obra, o concreto já preparado, que a seu critério não se enquadre nestas Especificações, não sendo permitida adições de água, ou agregado seco e remistura, para corrigir a umidade ou a consistência do concreto.

- Não será permitida a remoção do concreto de uma lugar para outro no interior das formas. O lançamento do concreto deverá ser feito em trechos de camadas horizontais, convenientemente distribuídas. Durante essa operação deverá ser observado o modo como se comporta o escoramento, a fim de, se preciso, serem tomadas a tempo as necessárias providências para impedir deformações ou deslocamentos.

- A altura máxima permitida para o lançamento do concreto será de 2,00 m. Para o caso de peças com mais de 2,00 m de altura, deverá se lançar mão do uso de janelas laterais nas formas. Para lançamento do concreto a altura superior a 2,00 m, será tolerado, a critério da FISCALIZAÇÃO, o uso de calhas, revestidas internamente com zinco, com inclinação variando entre 15º e 30º e comprimento máximo de 5,00 m.

- Para os lançamentos que devem ser feitos abaixo do nível das águas serão tomadas as precauções necessárias para o esgotamento do local em que se lança o concreto, evitando-se que o concreto fresco seja por elas lavado.

- O enchimento das formas deverá ser acompanhado de adensamento mecânico. Em obras de pequeno porte, a critério exclusivo da FISCALIZAÇÃO, poderá ser permitido o adensamento manual.

- No adensamento mecânico, serão empregados vibradores que evitem engaiolamento do agregado graúdo e falhas ou vazios nas peças (“ninhos de concretagem”).

- O adensamento deverá ser executado de tal maneira que não altere a posição da ferragem e o concreto envolva a armadura, atingindo todos os recantos da forma.

- Os vibradores deverão ser aplicados num ponto, até se formar uma ligeira camada de argamassa na superfície do concreto e a cessação quase completa do desprendimento de bolhas de ar. Quando se utilizam vibradores de imersão, a espessura da camada não deve ser superior a ¾ do comprimento da agulha. No adensamento manual as camadas não devem exceder 20 cm.

- Deverão ser evitadas, ao máximo, interrupções na concretagem em elementos intimamente interligados, a fim de diminuir os pontos fracos das estrutura; quando tais interrupções se tornarem inevitáveis, as juntas deverão ser bastantes irregulares, e as superfícies serão aplicadas, lavadas e cobertas com uma camada de argamassa do próprio traço de concreto antes de recomeçar a concretagem. Sempre que possível deve-se fazer coincidir as juntas de concretagem com as juntas projetadas, ou procurar localizá-las nos pontos de esforços mínimos.

- A critério da FISCALIZAÇÃO, em peças de maior responsabilidade, cuja concretagem se dará após 24 horas da paralisação da mesma, deverá ser dado tratamento especial a essa junta, com o emprego de barras de transmissão em aço ou adesivo estrutural a base de resina epóxica.

- As bases das colunas, quando se vai continuar a concretagem, a superfície deverá ser limpa com escova de aço, aplicando-se posteriormente uma camada de 10 cm de espessura com a mesma argamassa do traço de concreto utilizado, dando-se depois sequência à concretagem.

- As juntas de retratação deverão ser executadas onde indicadas nos desenhos e de acordo com indicações específicas para o caso.

- As superfícies de concreto expostas a condições que acarretarem prematuro deverão ser protegidas, de modo a se conservarem úmidas durante pelo menos 7 dias contados do dia da concretagem.

- Na cura do concreto, serão utilizados os processos usuais como aspersão d’água, sacos de aniagem, camadas de areia (constantemente umedecidas), agentes químicos de cura.

- Após o descimbramento, as falhas de concretagem porventura existentes deverão ser aplicadas a ponteiro e recobertas com argamassa de cimento e areia no traço 1:2 em volume, devendo ser tomados cuidados especiais a fim de recobrir todo e qualquer ferro que tenha ficado aparente.

- Quando houver dúvidas sobre a resistência de uma ou mais partes da estrutura poderá a FISCALIZAÇÃO exigir, com ônus para o EMPREITEIRO: a) Verificação da resistência do concreto pelo esclerômetro ou instrumento similar; b) Extração de corpo de prova e respectivos ensaios a ruptura; c) Coleta de amostra e recomposição do traço do concreto; d) Provas de Carga com programa determinado pela FISCALIZAÇÃO em cada caso particular, tendo em vista as dúvidas que se queiram dirimir, devendo essas provas ser feitas, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias após o endurecimento do concreto.

**Critério de medição**: pelo volume geométrico das peças de concreto (m³)

**ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM (E=19CM)**

As alvenarias de embasamento compreendem os trechos entre as sapatas corridas e as vigas baldrame e as fundações de painéis e divisórias para os quais não há elementos de embasamento em concreto armado. A única diferença da alvenaria de embasamento em relação às alvenarias de vedação é a ausência de tela de adesão com a estrutura, que neste caso não se aplica.

**Método construtivo:**

- Todas as alvenarias deverão ser executadas com tijolos de fabricação mecânica de 1ª qualidade, ou seja, não poderão apresentar trincaduras ou outros defeitos que possam comprometer sua resistência e durabilidade, e obedecerão às normas NBR 7170 e NBR 7171.

- As alvenarias serão executadas sobre a camada de concreto magro, na altura especificada em projeto.

- Antes do início da execução da alvenaria, deverão ser marcados, por meio de cordões ou fios de arame esticados, os alinhamentos dos painéis, e por meio de fios de prumo, todas as saliências.

- Qualquer desaprumo ou falta de alinhamento entre as diversas fiadas de tijolos, será o bastante para a fiscalização poder determinar sua total ou parcial demolição sem nenhum ônus para a Contratante.

- As argamassas de assentamento serão de cimento cal e areia no traço 1:2:8 em volume, sendo permitida a mistura manual, mas desejável preferencialmente mecânica em betoneira.

- Os tijolos deverão ser molhados antes do assentamento, evitando-se a absorção de água das argamassas aplicadas.

- Os tijolos deverão ser assentados em fiadas horizontais, sobre camada de argamassa de 1 a 1,5 cm de espessura com juntas alternadas de modo a se obter boa amarração, evitando-se com rigor coincidências de juntas verticais em camadas consecutivas. Todas as juntas horizontais e verticais serão preenchidas com argamassa.

- As diversas fiadas deverão ficar perfeitamente alinhadas e niveladas, apresentando, os trechos de paredes perfeitas condições de verticalidade.

**Critério de medição**: pela área efetiva de alvenaria executada (m²).

**VERGAS DE CONCRETO**

Estão previstas vergas sobre as portas, janelas e vãos presentes no projeto.

**Método construtivo:**

- Deverão ser instaladas vergas em todas as portas e janelas, com folgas mínimas de 20cm para cada lado em relação aos vãos das esquadrias.

- As vergas devem possuir seção mínima de 10x10cm e armações apropriadas paras os vãos e carregamentos sobre os mesmos, admitindo-se aço com bitola mínima de 6.3mm e concreto com 25MPa.

- As vergas pré-moldadas e aplicadas só devem ser instaladas quando completamente curadas, utilizando-se a mesma argamassa adotada nas alvenarias para seu assentamento.

**Critério de medição**: pelo comprimento de vergas instaladas (m).

**LAJES PRE-MOLDADAS TRELIÇADAS E MACIÇAS**

Seguir conforme projeto estrutural.

**Método construtivo:**

- Lajes treliçadas são um sistema construtivo pré-fabricado de lajes nervuradas armadas em uma direção, com vigotas treliçadas, tem 5 componentes: vigotas treliçadas, elementos de enchimento, nervuras transversais, armaduras complementares e capa de concreto, dimensionado segundo os respectivos vão a vencer.

- A vigota treliçada é composta por uma base de concreto estrutural, sobre a qual é montada a armadura treliçada, que pode receber também barras complementares de aço, se necessário, durante a fabricação e em conformidade com o Projeto Estrutural.

- O elemento de enchimento pode ser feito de diversos tipos de materiais, como cerâmica, EPS, etc. O material do elemento de enchimento, qualquer que seja, deve apresentar a resistência mínima necessária ao manuseio das peças, ao eventual carregamento acidental na fase de montagem da laje e durante a aplicação da capa de concreto.

- A nervura transversal de travamento que é uma estrutura formada por armadura longitudinal montada no espaço entre elementos de enchimento, sobre a qual se adiciona o concreto de capeamento. A indicação da bitola da armadura longitudinal será informada pelo Projeto Estrutural.

- A armadura complementar considerada em 03 tipos: armadura adicional inferior de tração, armadura de distribuição e armadura adicional superior de tração (negativa).

- A capa de concreto será executada com concreto de características mecânicas indicadas pelo Projetista, de diâmetro máximo compreendido entre 9,5 e 19mm e seguindo as especificações das normas em vigor.

- Nos locais de passagem de tubulação será utilizada ferragem adicional de reforço transversalmente às mesmas, de no mínimo 4,8mm a cada 40cm, e em sua área superior, a ser definido pela FISCALIZAÇÃO.

- As superfícies superiores e inferiores das lajes, deverão resultar planas, sem saliências, depressões, falhas ou porosidades.

**Critério de medição**: pela área de laje implantada (m²)

***PAREDES E REVESTIMENTOS***

**ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS 9X19X19CM**

Todas as vedações serão em alvenaria de ½ vez (e=9cm).

**Método construtivo:**

- Todas as alvenarias deverão ser executados com tijolos de fabricação mecânica de 1ª qualidade, ou seja, não poderão apresentar trincaduras ou outros defeitos que possam comprometer sua resistência e durabilidade, e obedecerão as normas NBR 7170 e NBR 7171.

- As paredes a serem construídas em alvenaria de tijolos cerâmicos serão indicadas no projeto arquitetônico, devendo ser executadas de acordo com as dimensões do projeto.

- Antes do início da execução da alvenaria, deverão ser marcados, por meio de cordões ou fios de arame esticados sobre cavaletes, os alinhamentos das paredes, e por meio de fios de prumo, todas as saliências, vãos de portas, janelas, etc.

- Qualquer desaprumo ou falta de alinhamento entre as diversas fiadas de tijolos, será o bastante para a FISCALIZAÇÃO poder determinar sua total ou parcial demolição sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

- Em todos os encontros de paredes deverão ser feitas amarrações de alvenaria.

- As argamassas de assentamento serão de cimento cal e areia no traço mínimo de 1:2:8 em volume.

- Os tijolos deverão ser umedecidos antes do assentamento, evitando-se a absorção de água das argamassas aplicadas.

- Os tijolos deverão ser assentados em fiadas horizontais, sobre camada de argamassa de 1 a 1,5 cm de espessura com juntas alternadas de modo a se obter boa amarração, evitando-se com rigor coincidências de juntas verticais em camadas consecutivas. Todas as juntas horizontais e verticais serão preenchidas com argamassa.

- Os cantos das paredes deverão ser feitos com tijolos inteiros, assentados, alternadamente, no sentido de uma e outra parede.

- As diversas fiadas deverão ficar perfeitamente alinhadas e niveladas, apresentando, os trechos de paredes perfeitas condições de verticalidade.

- Todas as alvenarias deverão ser convenientemente amarradas aos pilares e vigas por meio de telas fixadas com pistola a cada duas fiadas.

- As paredes que repousam sobre vigas contínuas deverão ser levantadas simultaneamente, não sendo permitidas diferenças superiores a 1,00 m entre as alturas levantadas em vãos contínuos.

- No enchimento dos vãos, nas estruturas em concreto armado, a execução de alvenaria nas paredes, em cada andar, será suspensa a uma distância de 20 cm da face inferior de vigas ou lajes. O fechamento das paredes será feito em tijolos maciços inclinados e bem apertados. Esse fechamento somente poderá ser feito após 3 dias de execução da referida parede.

- Sobre os vãos das esquadrias, deverão ser dispostas vigas ou vergas de concreto armado, excedendo as larguras dos respectivos vãos com um mínimo de 0,40m, sendo 0,20m para cada apoio.

- Deverão ser descontados das alvenarias executadas todos os vãos de porta, janela e cobogós que façam parte do plano da mesma, inclusive peças estruturais (pilares, vigas, sapatas corridas e isoladas).

**Critério de medição**: por área efetiva (m²), deduzindo-se todas as aberturas.

**COBOGOS DE CONCRETO**

Os painéis de cobogós estão previstos para algumas áreas de fachada conforme projeto.

**Método construtivo:**

- Os cobogós devem ser de 1ª qualidade, com dimensões preferencialmente de 7x50x50cm, mas podendo ser de outras dimensões que melhor se adequem à modulação do painel, desde que com no mínimo 7cm de espessura e sendo previamente submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

- Após a execução das vedações até a cota de implantação dos cobogós, iniciar seu assentamento.

- Observar o alinhamento dos cobogós no projeto arquitetônico (se facejando por dentro, por fora, ou no eixo).

- Assentar os cobogós no com argamassa traço 1:4, com perfeito alinhamento e prumo.

**Critério de medição**: pela área de painéis de cobogós (m²)

**CHAPISCO**

Todas as vedações e faces aparentes de pilares e vigas receberão chapisco de aderência, para prepará-las para recebimento dos revestimentos.

**Método construtivo:**

- Todas as superfícies de concreto, alvenaria de tijolos e pré-moldados, antes de qualquer revestimento, receberão um chapisco constituído de argamassa de cimento e areia ao traço volumétrico de 1:3, lançado a colher, com força suficiente a permitir uma perfeita aderência ao substrato em camada homogênea áspera, e de modo a recobrir toda a superfície a ser revestida.

- O chapisco só deverá ser aplicado após a completa pega de argamassa das alvenarias e do embutimento das canalizações de água, esgoto, eletricidade e telefone.

- As paredes voltadas ao vento, deverão ser chapiscadas, externamente, com argamassa de cimento e areia ao traço 1:2 em volume.

**Critério de medição**: por área efetiva (m²), deduzindo-se todas as aberturas.

**EMBOÇO E MASSA ÚNICA E=2CM**

Todas as vedações e faces aparentes de pilares e vigas receberão revestimento com argamassa traço 1:2:8 com 20mm de espessura, sendo que as paredes que receberão revestimento cerâmico terão acabamento emboçado, ao passo que as paredes que receberão pintura terão acabamento liso, sobre o qual será executada a pintura.

**Método construtivo:**

- O emboço será aplicado sobre a superfície a revestir (previamente chapiscada) como preparo para recebimento de revestimento cerâmico.

- Já a massa única (reboco) é aplicada sobre o chapisco, já sendo a camada final para recebimento de pintura.

- Tanto o emboço quando a massa única devem obedecer a NBR 7200.

- Será efetuado esse tipo de revestimento nas partes indicadas no Projeto Arquitetônico.

- As argamassas a serem empregadas serão as seguintes: a) Emboço: cimento, cal e areia no traço 1:2:8 em volume, sendo uma de cimento, duas de cal e oito de areia, com 2cm de espessura; b) Massa única (reboco): cimento, cal e areia no traço 1:2:8 em volume, sendo uma de cimento, duas de cal e oito de areia, com 2cm de espessura.

- Os emboços/rebocos só serão aplicados depois de completada a pega e o endurecimento das argamassas de alvenaria e do chapisco de aderência, devendo as superfícies serem previamente molhadas.

- Os marcos, aduelas e todas as tubulações que forem embutidas já deverão estar instalados antes da colocação do emboço, o qual deverá ter uma espessura mínima de 2,0 cm.

- Após a aplicação da massa, que poderá ser feita mecanicamente ou a colher, a superfície será regularizada com régua de alumínio e acabada com desempoladeira.

- Os emboços serão comprimidos fortemente contra as superfícies, ficando com paramentos ásperos ou entrecortados por sulcos, a fim de dar aderência para a aplicação do revestimento cerâmico.

- Os rebocos (massa única) só serão aplicados após completa pega e endurecimento da alvenaria e chapisco, e assentamento de peitoris e marcos, e antes da colocação de alizares e rodapés.

- As superfícies a rebocar deverão ser umedecidas antes do lançamento do reboco, que deverá ser regularizado à régua de alumínio e acabado com desempoladeira. A espessura dos rebocos deverá ser de pelo menos 2,00cm.

- Deverão ser feitas arestas arredondadas até uma altura de 1,50m de piso, ficando o restante em quina viva.

- Quando da confecção das arestas deverá ser polvilhado cimento, com vista a aumentar a resistência das mesmas.

- As superfícies revestidas, dadas como prontas, deverão apresentar paramentos planos, aprumados, lisos, alinhados, nivelados, desempenados e reproduzindo as formas determinadas no Projeto; arestas e cantos perfeitamente alinhados e em concordâncias perfeitas e serem isentas de rachaduras, falhas, depressões e quaisquer outros defeitos, ou deformações, não sendo aceitas ondulações, depressões ou saliências superiores a 1 milímetro.

**Critério de medição**: por área efetiva (m²), deduzindo-se todas as aberturas.

**REVESTIMENTO CERÂMICO**

As áreas de corredor até uma altura de 1,60m receberão cerâmica 10x10 e nos banheiros com uma altura de até o teto, receberão revestimento cerâmico comum, de primeira qualidade, grês ou semi-grês, dimensões mínimas de 45x45cm, cor branca, com rejunte de cor branco. Poercelanato será aplicado em algumas paredes externas conforme projeto.

**Método construtivo:**

- Considera neste serviço o material e mão-de-obra para preparo e aplicação da argamassa de assentamento da placas cerâmicas/pastilhas/porcelanato, inclusive rejuntamento, considerando-se ainda o percentual de perdas para as peças cerâmicas/pastilhas/porcelanato.

- Certificar-se que a superfície está limpa, regularizada e aprumada.

- Adicionar água à argamassa colante, na proporção indicada pelo fabricante, amassando-a até se tornar homogênea. Deixar em repouso por cerca de 15 minutos e tornar a amassá-la, sem novo acréscimo de água, antes de aplicá-la, o que deverá ocorrer antes de decorridas cerca de 2 h do seu preparo.

- Espalhar a argamassa pronta, com a desempenadeira metálica, do lado liso, distribuindo bem a pasta sobre uma área não superior a 1 m².

- A seguir, passar a desempenadeira metálica com o lado dentado sobre a camada (de 3 mm a 4 mm), formando os sulcos que facilitaram a fixação e aprumo das peças cerâmicas/ pastilhas/ porcelanato.

- Assentar as peças cerâmicas/pastilhas/porcelanato (que devem estar secas), de baixo para cima, sempre pressionando com a mão ou batendo levemente com um martelo de borracha.

- O rejuntamento pode ser executado 12 h após o assentamento. Antes, deve-se retirar os excessos de argamassa colante e fazer uma verificação, por meio de percussão com instrumento não contundente, se não existem peças apresentando som cavo.

**Critério de medição**: por área efetiva (m²), deduzindo-se todas as aberturas.

***PISOS***

**LASTRO DE CONCRETO MAGRO**

Os pisos dos ambientes internos receberão inicialmente uma camada de impermeabilização/regularização em concreto magro, com 5cm de espessura, sobre a qual será aplicado um contrapiso e, finalmente, a camada de revestimento.

**Método construtivo:**

- Os pisos e pavimentos previstos deverão ser executados de acordo com os Projetos Arquitetônicos e de pavimentação.

- Os pisos laváveis serão executados com pequeno declive (mínimo de 0,1%) de modo a permitir o fácil escoamento das águas de lavagem em direção aos ralos, soleiras ou portas externas. A declividade deve ser dada no lastro ou em alguns casos, quando a dimensão do ambiente o permitir, no próprio piso.

- A execução dos pisos só poderá ser iniciada após a conclusão dos revestimentos das paredes e será concluída antes das pinturas.

- O aterro interno do “caixão” será executado com areia ou material argilo-arenoso aprovado pela FISCALIZAÇÃO, bem compactado em camadas de espessura no máximo 20cm por soquete manual ou por meio de compactadores de baixa energia.

- Os pisos sobre o aterro interno e externo serão assentos sobre uma camada regularizadora e impermeabilizantes (lastro). Este lastro será de concreto simples no traço 1:4:8 (cimento:areia:brita), com 5cm de espessura, que só será lançado após o nivelamento do aterro compactado e a colocação das canalizações que devam passar sob o piso.

- Na execução do lastro aplicam-se as disposições da NBR 12190. Esta execução deverá ser contínua, sendo já observadas os desníveis, indicados em Projeto bem como os rebaixos para áreas molhadas.

**Critério de medição**: pelo volume geométrico de lastro de piso executado (m³)

**CONTRAPISO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA**

O contrapiso será lançado após a execução do lastro de piso e antes da execução do revestimento final.

**Método construtivo:**

- Sobre a camada de lastro de piso deverá ser executado contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), com espessura 3cm.

- A camada de regularização é destinada a disponibilizar uma superfície apropriada para receber a camada de revestimento de piso.

- As cotas de piso do projeto arquitetônico e estrutural deverão ser atendidas, de modo que tanto a camada de lastro quanto a de regularização de contrapiso deverão ser realizadas com programação antecipada que lhes garanta as espessuras especificadas sem comprometer as cotas de piso previstas.

**Critério de medição:** por área de contrapiso executada (m²)

**PISO PORCELANATO 80X80**

Será aplicado este piso em todos os ambientes internos, salvo os locais especificados em proejto.

**Método construtivo:**

- Considera neste serviço o material e mão-de-obra para preparo e aplicação da argamassa de assentamento das placas cerâmicas/pastilhas/porcelanato, inclusive rejuntamento, considerando-se ainda o percentual de perdas para as peças cerâmicas/pastilhas/porcelanato.

- Certificar-se que a superfície está limpa, regularizada e aprumada.

- Adicionar água à argamassa colante, na proporção indicada pelo fabricante, amassando-a até se tornar homogênea. Deixar em repouso por cerca de 15 minutos e tornar a amassá-la, sem novo acréscimo de água, antes de aplicá-la, o que deverá ocorrer antes de decorridas cerca de 2 h do seu preparo.

- Espalhar a argamassa pronta, com a desempenadeira metálica, do lado liso, distribuindo bem a pasta sobre uma área não superior a 1 m².

- A seguir, passar a desempenadeira metálica com o lado dentado sobre a camada (de 3 mm a 4 mm), formando os sulcos que facilitaram a fixação e aprumo das peças cerâmicas/ pastilhas/ porcelanato.

- Assentar as peças cerâmicas/pastilhas/porcelanato (que devem estar secas), de baixo para cima, sempre pressionando com a mão ou batendo levemente com um martelo de borracha.

- O rejuntamento pode ser executado 12 h após o assentamento. Antes, deve-se retirar os excessos de argamassa colante e fazer uma verificação, por meio de percussão com instrumento não contundente, se não existem peças apresentando som cavo.

**Critério de medição:** por área de piso executada (m²)

**EXECUÇÃO DE VIA EM PISO INTERTRAVADO 20X10X6CM**

Os passeios, esxternos e parte do estacionamento serão pavimentados com blocos intertravados de concreto com 6cm de espessura (20x10x6cm), na cor cimento natural, conforme projeto. O pavimento será recravado com meios-fios pré-moldados de concreto, como já descrito.

**Método construtivo:**

- Os blocos maciços, confeccionados industrialmente em concreto vibroprensado, Fck ≥ 35MPa, sem armadura, não poderão ter deformações nem fendas, e apresentar arestas vivas. As dimensões das peças são 10x20x6cm e a disposição das peças obedecerá aos desenhos e detalhes, definidos no agenciamento do projeto urbanístico. No caso de assentamento direto sobre o solo, este tem que ser convenientemente drenado e apiloado. As peças precisam ser assentadas sobre uma camada de 6 cm de areia ou pó de pedra.

- A limitação da área será feita com guias de concreto, que impedirão que as peças se desloquem.

- Concluídas a execução da base, inclusive nivelamento e compactação, a pavimentação com as lajotas articuladas de concreto será executada partindo-se de um meio-fio lateral.

- Para evitar irregularidades na superfície, não se deve transitar - após compactação - sobre a base de areia ou pó-de pedra.

- Com a finalidade de obter-se um ajustamento perfeito entre as lajotas articuladas, serão observadas as seguintes recomendações:

- As lajotas serão dispostas em conformidade com a paginação do piso, o que deve ser objeto de verificações periódicas.

- O ajustamento entre as lajotas será perfeito, com as faces salientes encaixando-se nas faces reentrantes.

- Para a compactação final e definição do perfil da pavimentação será empregado compactador de placa, do tipo “sapinho”.

- A contratada deverá obedecer as paginações e cores indicadas no projeto de Arquitetura.

**Critério de medição**: pela área de pavimento intertravado (m²)

**CALÇADA EM CONCRETO, E=7 CM, COM ARMACAO EM TELA**

A área de estacionamento abaixo do prédio será construída em concreto 20MPa, acabamento rustico, sobre lona plástica para impermeabilização, com armação em tela soldada e juntas de dilatação a cada 2m, sendo também recravado com meios-fios pré-moldados de concreto.

**Método construtivo:**

- Sobre o subleito devidamente nivelado e regularizado, montam se as fôrmas que servem para conter e dar forma ao concreto a após lançado, coloca-se lona plástica e, sobre ela, são colocadas as telas de armadura, com espaçadores (“cocadas”) que garantam o adequado posicionamento e recobrimento das armações.

- Finalizada a etapa anterior é feito o lançamento, espalhamento, sarrafeamento e desempeno do concreto.

- Antes da total secagem do concreto, procede-se o polimento do piso, com acabamento satisfatoriamente liso.

- Por último, são feitas as juntas de dilatação, serradas e vedadas com material adequado (silicone ou similar).

**Critério de medição**: pela área de piso de concreto (m²)

***COBERTA E FORROS***

**FORRO DE GESSO**

Toda as áreas internas receberão forro de gesso conforme as Alturas especificadas no projeto arquitetônico.

**Método construtivo:**

- Os forros serão em placas de 60x60cm, com espessura central das placas maior ou igual a 1,2cm, devendo ser fixados nas lajes através de arames galvanizados, com placas rejuntadas com pasta de gesso.

- O forro deverá ter acabamento impecável, sendo removidos todos os excessos.

**Critério de medição**: pela área de forro implantada (m²)

**ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA DE FIBROCIMENTO**

A cobertura das lajes será com telhas de fibrocimento onduladas, com estrutura de madeira ancorada nas paredes do entorno e/ou pontaletes de madeira e/ou alvenaria.

**Método construtivo:**

- A estrutura de madeira será executada de acordo com as normas da ABNT, em particular a *NBR 7140 - Cálculo e Execução de Estruturas de Madeira*.

- A madeira deverá ser Massaranduba, Jatobá ou Madeira de Lei escura, de peso específico elevado (maior que 1000Kg/m3) e já de uso consagrado. O nome popular e/ou o científico deverá ficar registrado no Diário de Obras.

- Toda peça será serrada, bem seca, sem empenos ou defeitos como rachaduras ou nós. Se especificado, em projeto, receberão ainda tratamento prévio contra a ação de cupins e outras pragas, através de firmas especializadas e com certificado de garantia de 1 (um) ano após aplicação.

- Após a conclusão das estruturas de apoio (lajes e paredes), deverão ser implantados os eventuais pontaletes e as terças (vigas), as quais devem ser bem alinhadas e apresentar espaçamento e vãos adequados, devendo os mesmos ter seção mínima de 6x12cm(LxH), com vão máximo entre pontaletes de 2,00m.

- Serão admitidos pontaletes de alvenaria de 1 vez (tijolos deitados), desde que devidamente chumbados sobre as lajes.

- Sobre os pontaletes ou terças, são assentados os caibros de suporte das telhas de fibrocimento, como modulação tal que permita um espaçamento padronizado entre os mesmos, no mínimo 3 unidades por telha, seção mínima de 6x8cm(LxH), fixados com pregos.

- A medição da coberta será feita sempre na projeção horizontal.

**Critério de medição**: pela área de coberta, em projeção horizontal (m²)

**TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E=6MM**

A cobertura das lajes será com telhas de fibrocimento onduladas.

**Método construtivo:**

- As telhas deverão atender às disposições da *NBR 7196 – Folha de telha ondulada de fibrocimento*.

- O serviço somente pode ser iniciado após a total conclusão da trama da estrutura de coberta.

- Deverão ser usadas telhas onduladas de fibrocimento com espessura de 6mm, isentas de amianto.

- As telhas deverão ser fixadas com parafusos 5/16’’x250mm com acessórios de vedação.

- Seguir as recomendações técnicas do fabricante quanto aos transpasses e recobrimentos entre as telhas.

- A declividade mínima admitida é de 5% para cobertura com telhas de fibrocimento.

**Critério de medição**: pela área de coberta, em projeção horizontal (m²)

**RUFO EM CONCRETO ARMADO COM 30CM DE LARGURA**

Entre as alvenarias das platibandas e as coberturas serão instalados rufos de concreto armado com 30cm de largura e 5cm de espessura.

**Método construtivo:**

- Os rufos deverão ser chumbados pelo menos 5cm dentro das paredes.

- Os rufos serão em concreto armado 25MPa, conforme detalhamento do projeto.

- Serão usadas armações de 6.3mm ou superiores.

- A superfície dos rufos deverá ser desempenada e lisa (aparente).

- Os rufos deverão ter declividade transversal de no mínimo 1%.

**Critério de medição**: pela extensão de rufos instalados (m)

***ESQUADRIAS***

**PORTA DE MADEIRA COM GUARNIÇÕES**

As portas internas serão em madeira semi-oca nas dimensões indicadas em projeto.

**Método construtivo:**

- As esquadrias serão entregues nas dimensões do projeto com acabamento superficial liso, o que equivale a dizer que serão totalmente aparelhadas e lixadas.

- As esquadrias de madeira serão inspecionadas, no recebimento, quanto à qualidade, ao tipo, à quantidade total, ao acabamento, às dimensões e ao funcionamento.

- Os batentes serão fornecidos montados no esquadro, travejados com sarrafos de madeira, inclusive com a respectiva esquadria, porta ou janela. Deverão possuir folga de 3 mm de cada lado, tornando-se desnecessário efetuar repasses com plainas.

- As portas serão fornecidas nas dimensões padrão ou de acordo com as dimensões do projeto, confeccionadas com tábuas aparelhadas, em madeira semi-oca.

- Todos os batentes serão fixados com parafusos e chapuzes. Os parafusos terão suas cabeças rebaixadas e os respectivos orifícios tarugados com a mesma madeira dos batentes, a ser fornecida pelo fabricante das esquadrias.

- Todas as portas terão chapas de proteção com 60cm de altura na parte inferior, visando protege-las contra agressão de esforços mecânicos pelo contato com macas.

- Algumas das portas terão visores de vidro com moldura de alumínio, nas dimensões de 30x30cm, conforme indicado em projeto.

**Critério de medição**: pela quantidade de portas instaladas (un)

**PORTAS/JANELA DE ALUMÍNIO/VIDRO DE CORRER**

Serão implantadas esquadrias de alumínio de correr em algumas escolas.

**Método construtivo:**

- As esquadrias deverão atender à norma NBR 7202 e os vidros à NBR 7199.

- Inicialmente, serão assentados os contramarcos. Sua função é garantir a vedação e a regularização do vão em termos de dimensões, prumos e níveis. Serão fixados com buchas e parafusos, cuja bitola e quantidade serão especificadas pelo fabricante. Poderão, ainda, ser fixados através de chumbadores de penetração em aberturas no concreto ou nas alvenarias. As peças fixadas através de chumbadores, serão escoradas e mantidas no prumo até o completo endurecimento da argamassa.

- Sobre os contramarcos serão assentados os marcos, que correspondem ao quadro periférico visível das esquadrias. Estas peças, no caso de janelas e portas de correr, funcionam como trilhos ou guias das folhas móveis. Em janelas ou portas de abrir, funcionam como batentes. Serão fixados aos contramarcos por encaixe ou através de parafusos.

- Sobre os marcos serão instalados os quadros móveis (“folhas”) através de sistemas de rodízios internos (denominados “roldanas”), no caso de peças de correr, ou de pinos tipo macho e fêmea (“guias” e “ponteiras”), no caso de peças de abrir.

- Nos quadros móveis serão, por fim, instalados os vidros ou venezianas característicos da esquadria.

- Toda a esquadria, inclusive vidros, deve ser mantida protegida até a conclusão de todos os serviços de revestimentos e pinturas.

**Critério de medição**: pela área de vão das esquadrias instaladas (m²)

***PINTURA***

**APLICAÇÃO DE SELADOR EM PAREDES/TETOS**

**Método construtivo:**

- As tintas deverão atender às disposições da norma NBR 15382. Os serviços de pintura deverão atender às disposições da NBR 13245.

- Sobre a superfície preparada (reboco novo), se fará a aplicação de selador, devendo o mesmo ser diluído na proporção indicada pelo fabricante.

- Será empregado selador acrílico em todas as paredes internas e externas.

- Antes da aplicação do selador, as paredes deverão estar limpas e secas, e com a argamassa do revestimento devidamente curada.

- O pó deverá ser eliminado, através de aspiradores ou espanando-se a superfície. Manchas de gordura serão eliminadas com uma solução de detergente e água, na proporção 1:1. A superfície deverá ser enxaguada e seca. O mofo será eliminado lavando-se a superfície com uma solução de água sanitária e água, na proporção de 1:1. A superfície deverá ser enxaguada e seca.

- A aplicação do selador poderá ser feita com pincéis ou rolos, com uma demão farta, uniformemente distribuída, que constituirá a superfície de recebimento do emassamento acrílico ou pintura, conforme o caso.

**Critério de medição**: pela área de efetiva de pintura, deduzindo-se vãos (m²)

**PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES/TETOS**

**Método construtivo:**

- As tintas deverão atender às disposições da norma NBR 15382. Os serviços de pintura deverão atender às disposições da NBR 13245.

- Antes da aplicação da pintura, as paredes deverão estar limpas e secas.

- O pó deverá ser eliminado, através de aspiradores ou espanando-se a superfície. Manchas de gordura serão eliminadas com uma solução de detergente e água, na proporção 1:1. A superfície deverá ser enxaguada e seca. O mofo será eliminado lavando-se a superfície com uma solução de água sanitária e água, na proporção de 1:1. A superfície deverá ser enxaguada e seca.

- As pinturas serão executadas com acabamento impecável de acordo com o tipo e cor indicados no projeto ou nos casos omissos, conforme indicação da fiscalização.

- As pinturas internas e externas serão com tinta acrílica premium, em duas demãos.

- Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver completamente seca, observando-se um intervalo mínimo de 24 horas entre demãos sucessivas, salvo especificação em contrário.

- Igual cuidado haverá entre as demãos de tinta e de massa, observando-se um intervalo mínimo de 48 horas, após cada demão de massa, salvo especificação em contrário.

- A pintura de paredes poderá ser aplicada com brochas ou rolos, devendo ser feita verticalmente, da parte superior para a inferior, sendo uniformemente distribuída em toda a superfície a ser pintada.

- Deverão ser evitados escorrimentos ou respingos de tinta nas superfícies não destinadas a pintura. Quando aconselhável, deverão protegidos com papel, fita celulose ou materiais equivalentes. Os respingos que não puderem ser evitados, deverão ser removidos com solvente adequado enquanto a tinta estiver fresca.

**Critério de medição**: pela área de efetiva de pintura, deduzindo-se vãos (m²)

**PINTURA DE ESQUADRIAS DE MADEIRA E METÁLICA**

Todas as grades e portas de madeira e os portões e grades metálicos receberão acabamento com duas demãos de pintura com esmalte sintético, conforme planilha orçamentária.

**Método construtivo:**

- As tintas deverão atender às disposições da norma NBR 15382. Os serviços de pintura deverão atender às disposições da NBR 13245.

- Após a instalação das esquadrias, as mesmas deverão ser lixadas até apresentar a superfície adequada para o recebimento da pintura.

- A pintura será com duas demãos de tinta esmalte sintético premium brilhante, diluído em solvente a base de aguarrás ou similar.

- Deverão ser observadas rigorosamente as instruções do fabricante, no que concerne à aplicação, tipo e quantidade de solvente, sendo absolutamente vedada a adição de qualquer produto estranho às especificações do fabricante.

- A pintura com esmalte sintético poderá ser aplicada a pincel ou pistola, devendo ser distribuída uniformemente em toda a superfície a pintar, com intervalo entre as demão conforme recomendado pelo fabricante.

- Deverão ser evitados escorrimentos ou respingos de tinta nas superfícies não destinadas a pintura. Quando aconselhável, deverão protegidos com papel, fita celulose ou materiais equivalentes, principalmente no caso de pintura a pistola. Os respingos que não puderem ser evitados, deverão ser removidos com solvente adequado enquanto a tinta estiver fresca.

**Critério de medição**: pela área executada, conforme memória de de cálculo da planilha orçamentária (m²)

***INSTALAÇÕES ELÉTRICAS***

**Entrada e Medição de Energia**

Os serviços relacionados com a entrada de energia serão entregues completos, com a ligação definitiva à rede pública, em perfeito funcionamento e com a aprovação da concessionária de energia elétrica local.

A execução da instalação de entrada de energia deverá obedecer aos padrões de concessionária de energia elétrica local. A Contratada terá a responsabilidade de manter com a concessionária os entendimentos necessários à aprovação da instalação e à ligação da energia elétrica.

As emendas dos condutores serão efetuadas por conectores apropriados; as ligações às chaves serão feitas com a utilização de terminais de pressão ou compressão.

Onde houver tráfego de veículos sobre a entrada subterrânea, deverão ser tomadas precauções para que a tubulação não seja danificada; as caixas de passagem de rede deverão ter tampas de ferro fundido, do tipo pesado.

**Instalação de Eletrodutos**

***Corte***

Os eletrodutos deverão ser cortados perpendicularmente ao seu eixo longitudinal, conforme disposição da NBR 5410.

***Dobramento***

Não serão permitidos, em uma única curva, ângulos maiores que 90º, conforme NBR 5410. O número de curvas entre duas caixas não poderá ser superior a 3 de 90º ou equivalente a 270º, conforme disposição da NBR 5410.

O curvamento dos eletrodutos metálicos deverá ser executado a frio, sem enrugamento, amassaduras, avarias do revestimento ou redução do diâmetro interno.

O curvamento dos eletrodutos em PVC deverá ser executado adotando os seguintes procedimentos:

• cortar um segmento do eletroduto a encurvar, com comprimento igual ao arco da curva a executar e abrir roscasnas duas extremidades;

• vedar uma das extremidades por meio de um tampão rosqueado, de ferro, provido de punho de madeira para auxiliar o manuseio da peça, e preencher a seguir o eletroduto com areia e serragem; após adensar a mistura areia/serragem, batendo lateralmente na peça, vedar a outra extremidade com um tampão idêntico ao primeiro;

• mergulhar a peça em uma cuba contendo glicerina aquecida a 140ºC, por tempo suficiente que permita o encurvamento do material; o tamanho da cuba e o volume do líquido serão os estritamente necessários à operação;

• retirar em seguida a peça aquecida da cuba e procurar encaixá-la num molde de madeira tipo meia-cana, tendo o formato (raio de curvatura e comprimento do arco) igual ao da curva desejada, cuidando para evitar o enrugamento do lado interno da curva; o resfriamento da peça deve ser natural.

***Roscas***

As roscas deverão ser executadas segundo o disposto na NBR 6414. O corte deverá ser feito aplicando as ferramentas na seqüência correta e, no caso de cossinetes, com ajuste progressivo.

O rosqueamento deverá abranger, no mínimo, cinco fios completos de rosca. Após a execução das roscas, as extremidades deverão ser limpas com escova de aço e escareadas para a eliminação de rebarbas.

Os eletrodutos ou acessórios que tiverem as roscas com uma ou mais voltas completas ou fios cortados deverão ser rejeitados, mesmo que a falha não se situe na faixa de aperto.

***Conexões e Tampões***

As emendas dos eletrodutos só serão permitidas com o emprego de conexões apropriadas, tais como luvas ou outras peças que assegurem a regularidade da superfície interna, bem como a continuidade elétrica. Serão utilizadas graxas especiais nas roscas, a fim de facilitar as conexões e evitar a corrosão, sem que fique prejudicada a continuidade elétrica do sistema.

Durante a construção e montagem, todas as extremidades dos eletrodutos, caixas de passagem e conduletes deverão ser vedados com tampões e tampas adequadas. Estas proteções não deverão ser removidas antes da colocação da fiação. Nos eletrodutos de reserva, após a limpeza das roscas, deverão ser colocados tampões adequados em ambas as extremidades, com sondas constituídas de fios de aço galvanizado16 AWG.

Os eletrodutos metálicos, incluindo as caixas de chapa, deverão formar um sistema de aterramento contínuo. Os eletrodutos subterrâneos deverão ser instalados com declividade mínima de 0,5 %, entre poços de inspeção, de modo a assegurar a drenagem. Nas travessias de vias, os eletrodutos serão instalados em envelopes de concreto, com face superior situada, no mínimo, 1 m abaixo do nível do solo.

Os eletrodutos embutidos nas lajes serão colocados sobre os vergalhões da armadura inferior. Todas as aberturas e bocas dos dutos serão fechadas para impedir a penetração de nata de cimento durante a colocação do concreto nas formas. Os eletrodutos nas peças estruturais de concreto armado serão posicionados de modo a não suportarem esforços não previstos, conforme disposição da NBR 5410.

Nas juntas de dilatação, a tubulação será seccionada e receberá caixas de passagens, uma de cada lado das juntas. Em uma das caixas, o duto não será fixado, permanecendo livre. Outros recursos poderão ser utilizados, como por exemplo a utilização de uma luva sem rosca do mesmo material do duto para permitir o seu livre deslizamento.

Nas paredes de alvenaria os eletrodutos serão montados antes de serem executados os revestimentos. As extremidades dos eletrodutos serão fixadas nas caixas por meio de buchas e arruelas rosqueadas.

Após a instalação, deverá ser feita verificação e limpeza dos eletrodutos por meio de mandris passando de ponta a ponta, com diâmetro aproximadamente 5 mm menor que o diâmetro interno do eletroduto.

***Eletrodutos Flexíveis***

As curvas nos tubos metálicos flexíveis não deverão causar deformações ou redução do diâmetro interno, nem produzir aberturas entre as espiras metálicas de que são constituídos. O raio de qualquer curva em tubo metálico flexível não poderá ser inferior a 12 vezes o diâmetro interno do tubo.

A fixação dos tubos metálicos flexíveis não embutidos será feita por suportes ou braçadeiras com espaçamento não superior a 30 cm. Os tubos metálicos flexíveis serão fixados às caixas por meio de peças conectadas à caixa, através de buchas e arruelas, prendendo os tubos por pressão do parafuso. Não serão permitidas emendas em tubos flexíveis, formando trechos contínuos de caixa a caixa.

***Eletrodutos Expostos***

As extremidades dos eletrodutos, quando não rosqueadas diretamente em caixas ou conexões, deverão ser providas de buchas e arruelas roscadas. Na medida do possível, deverão ser reunidas em um conjunto.

As uniões deverão ser convenientemente montadas, garantindo não só o alinhamento, mas também o espaçamento correto, de modo a permitir o rosqueamento da parte móvel sem esforços. A parte móvel da união deverá ficar, no caso de lances verticais, do lado superior. Em lances horizontais ou verticais superiores a 10 m deverão ser previstas juntas de dilatação nos eletrodutos.

**Caixas e Conduletes**

Deverão ser utilizadas caixas:

• nos pontos de entrada e saída dos condutores;

• nos pontos de emenda ou derivação dos condutores;

• nos pontos de instalação de aparelhos ou dispositivos;

• nas divisões dos eletrodutos;

• em cada trecho contínuo, de quinze metros de eletrodutos, para facilitar a passagem ou substituição de condutores.

Poderão ser usados conduletes:

• nos pontos de entrada e saída dos condutores na tubulação;

• nas divisões dos eletrodutos.

Nas redes de distribuição, a utilização de caixas será efetuada da seguinte forma, quando não indicadas nas especificações ou no projeto:

• octogonais de fundo móvel, nas lajes, para pontos de luz;

• octogonais estampadas, com 75 x 75 mm (3" x 3"), entre lados paralelos, nos extremos dos ramais de distribuição;

• retangulares estampadas, com 100 x 50 mm (4" x 2"), para pontos e tomadas ou interruptores em número igual ou inferior a 3;

• quadradas estampadas, com 100 x 100 mm (4" x 4"), para caixas de passagem ou para conjunto de tomadas e interruptores em número superior a 3.

As caixas a serem embutidas nas lajes deverão ficar firmemente fixadas às formas. Somente poderão ser removidos os discos das caixas nos furos destinados a receber ligação de eletrodutos. As caixas embutidas nas paredes deverão facear o revestimento da alvenaria; serão niveladas e aprumadas de modo a não provocar excessiva profundidade depois do revestimento.

As caixas deverão ser fixadas de modo firme e permanente às paredes, presas a pontos dos condutos por meio de arruelas de fixação e buchas apropriadas, de modo a obter uma ligação perfeita e de boa condutibilidade entre todos os condutos e respectivas caixas; deverão também ser providas de tampas apropriadas, com espaço suficiente para que os condutores e suas emendas caibam folgadamente dentro das caixas depois de colocadas as tampas.

As caixas com interruptores e tomadas deverão ser fechadas por espelhos, que completem a montagem desses dispositivos. As caixas de tomadas e interruptores de 100 x50 mm (4"x2") serão montadas com o lado menor paralelo ao plano do piso.

As caixas com equipamentos, para instalação aparente, deverão seguir as indicações de projeto. As caixas de arandelas e de tomadas altas serão instaladas de acordo com as indicações do projeto, ou, se este for omisso, em posição adequada, a critério da Fiscalização. As diferentes caixas de uma mesma sala serão perfeitamente alinhadas e dispostas de forma a apresentar uniformidade no seu conjunto.

**Enfiação**

Só poderão ser enfiados nos eletrodutos condutores isolados para 600V ou mais e que tenham proteção resistente à abrasão.

A enfiação só poderá ser executada após a conclusão dos seguintes serviços:

• telhado ou impermeabilização de cobertura;

• revestimento de argamassa;

• colocação de portas, janelas e vedação que impeça a penetração de chuva;

• pavimentação que leve argamassa.

Antes da enfiação, os eletrodutos deverão ser secos com estopa e limpos pela passagem de bucha embebida em verniz isolante ou parafina. Para facilitar a enfiação, poderão ser usados lubrificantes como talco, parafina ou vaselina industrial. Para auxiliar a enfiação poderão ser usados fios ou fitas metálicas.

As emendas de condutores somente poderão ser feitas nas caixas, não sendo permitida a enfiação de condutores emendados, conforme disposição da NBR 5410. O isolamento das emendas e derivações deverá ter, no mínimo, características equivalentes às dos condutores utilizados.

A enfiação será feita com o menor número possível de emendas, caso em que deverão ser seguidas as prescrições abaixo:

• limpar cuidadosamente as pontas dos fios a emendas;

• para circuitos de tensão entre fases inferior a 240V, isolar as emendas com fita isolante formar espessura igual ou superior à do isolamento normal do condutor;

• executar todas as emendas dentro das caixas.

Nas tubulações de pisos, somente iniciar a enfiação após o seu acabamento. Todos os condutores de um mesmo circuito deverão ser instalados no mesmo eletroduto.

Condutores em trechos verticais longos deverão ser suportados na extremidade superior do eletroduto, por meio de fixador apropriado, para evitar a danificação do isolamento na saída do eletroduto, e não aplicar esforços nos terminais.

**Cabos**

***Instalação de Cabos***

Os condutores deverão ser identificados com o código do circuito por meio de indicadores, firmemente presos a estes, em caixas de junção, chaves e onde mais se faça necessário.

As emendas dos cabos de 240V a 1000V serão feitas com conectores de pressão ou luvas de aperto ou compressão. As emendas, exceto quando feitas com luvas isoladas, deverão ser revestidas com fita de borracha moldável até se obter uma superfície uniforme, sobre a qual serão aplicadas, em meia sobreposição, camadas de fita isolante adesiva. A espessura da reposição do isolamento deverá ser igual ou superior à camada isolante do condutor. As emendas dos cabos com isolamento superior a 1000V deverão ser executadas conforme recomendações do fabricante.

Circuito de áudio, radiofrequência e de computação deverão ser afastados de circuitos de força, tendo em vista a ocorrência de indução, de acordo com os padrões aplicáveis a cada classe de ruído. As extremidades dos condutores, nos cabos, não deverão ser expostas à umidade do ar ambiente, exceto pelo espaço de tempo estritamente necessário à execução de emendas, junções ou terminais.

***Instalação de Cabos em Linhas Subterrâneas***

Em linhas subterrâneas, os condutores não poderão ser enterrados diretamente no solo, devendo, obrigatoriamente, ser instalados em manilhas, em tubos de aço galvanizado a fogo dotados de proteção contra corrosão ou, ainda, outro tipo de dutos que assegurem proteção mecânica aos condutores e permitam sua fácil substituição em qualquer tempo.

Os condutores que saem de trechos subterrâneos e sobem ao longo de paredes ou outras superfícies deverão ser protegidos por meio de eletroduto rígido, esmaltado ou galvanizado, até uma altura não inferior a 3 metros em relação ao piso acabado, ou até atingirem a caixa protetora do terminal.

Na enfiação das instalações subterrâneas, os cabos não deverão estar sujeitos a esforços de tração capazes de danificar sua capa externa ou o isolamento dos condutores. Todos os condutores de um circuito deverão fazer parte do mesmo duto.

***Instalação de Cabos em Dutos e Eletrodutos***

A enfiação de cabos deverá ser precedida de conveniente limpeza dos dutos e eletrodutos, com ar comprimido ou com passagem de bucha embebida em verniz isolante ou parafina. O lubrificante para facilitar a enfiação, se necessário, deverá ser adequado à finalidade e compatível com o tipo de isolamento dos condutores. Podendo ser usados talco industrial neutro e vaselina industrial neutra, porém, não será permitido o emprego de graxas.

Emendas ou derivações de condutores só serão aprovadas em caixas de junção. Não serão permitidas, de forma alguma, emendas dentro de eletrodutos ou dutos.

As ligações de condutores aos bornes de aparelhos edispositivos deverão obedecer aos seguintes critérios:

• cabos e cordões flexíveis, de bitola igual ou menor que 4 mm², terão as pontas dos condutores previamente endurecidas com soldas de estanho;

• condutores de seção maior que os acima especificados serão ligados, sem solda, por conectores de pressão ou terminais de aperto.

**Aterramento**

As malhas de aterramento deverão ser executadas de acordo com os detalhes do projeto. Não será permitido o uso de cabos que tenham quaisquer de seus fios partidos.

Todas as ligações mecânicas não acessíveis devem ser feitas pelo processo de solda exotérmica. Todas as ligações aparafusadas, onde permitidas, devem ser feitas por conectores de bronze com porcas, parafusos e arruelas de material não corrosível.

**Montagem de Quadros de Distribuição**

Os quadros embutidos em paredes deverão facear o revestimento da alvenaria e ser nivelados e aprumados. Os diversos quadros de uma área deverão ser perfeitamente alinhados e dispostos de forma a apresentar conjunto ordenado.

Os quadros para montagem aparente deverão ser fixados às paredes ou sobre base no piso, através de chumbadores, em quantidades e dimensões necessárias à sua perfeita fixação. A fixação dos eletrodutos aos quadros será feita por meio de buchas e arruelas roscadas. Após a conclusão da montagem, da enfiação e da instalação de todos os equipamentos, deverá ser feita medição do isolamento, cujo valor não deverá ser inferior ao da tabela 51 da NBR 5410.

**Critério de Medição:** Conforme Unidade de Medição previstas na Memória de Cálculo da Planilha Orçamentária;

**POSTE DE ACO CONICO CONTINUO RETO FLANGEADO H=6M**

A posteação será realizada com postes com 6 metros livres, sendo os postes fabricados em aço cônico continuo reto, flangeado. O posicionamento dos postes foi realizado de modo a obter uma distribuição o mais homogênea possível pela câmara e evitar baixa incidência de luz, inibindo vandalismo e violência e tornando o ambiente mais agradável para o uso noturno dos espaços.

**Método construtivo:**

- Os postes serão em ferro galvanizado com no mínimo 5 polegadas de diâmetro na base, e=4,85mm (NBR 5580), podendo reduzir-se a seção para no mínimo 3polegadas no ponto superior, e=4,50mm, com fixação em base flangeada.

- Todos os elementos serão solados com solda topo descendente chanfrada espessura=1/4".

- Os postes serão fixados na base flangeada através parafusos de aço galvanizado 1", no mínimo 04un por poste, através de porca e arruela.

**Critério de medição**: pela quantidade de postes instalados (un)

**BRACO P/ LUMINARIA PUBLICA EM TUBO ACO GALV ¾’’**

Cada poste irá possuir um/dois braços para luminárias públicas, fixados nos poste através de encaixe e parafusos.

**Método construtivo:**

- Os braços para instalação das luminárias nos postes serão em tubos aço galvanizado ¾” ou 1”, com comprimento livre de 1,00m a 1,50m.

- Os braços serão fixados nos postes através de encaixes e parafusos de aço galvanizado, em número mínimo de 02.

- Os cabos de alimentação das luminárias passará dentro dos braços de instalação das mesmas, devendo ficar protegidos com eletroduto de menor diâmetro.

**Critério de medição**: pela quantidade de braços instalados (un)

**LUMINARIA FECHADA PARA ILUMINACAO PUBLICA**

As luminárias adotadas no projeto de iluminação pública são luminárias fechadas, com índice de proteção IP 65, ou superior, conforme exemplo a seguir:



**Método construtivo:**

- As luminárias serão do tipo luminárias fechadas para iluminação pública, modelos de referência Edesa MLP 91 ou Almec Lexa-A300 ou Cortelux EX-16.

- As luminárias deverão possuir grau de proteção ambiental IP 65 ou superior.

- As luminárias deverão ter espaço para alojamento de unidade interna de reator compatível com as especificações da lâmpada prevista.

- As luminárias deverão ser providas de janelas para alojamento do relê fotoelétrico sobre as mesmas.

- As luminárias serão fixadas nos braços através de parafusos, de forma que fique garantida a segurança de sua fixação.

**Critério de medição**: pela quantidade de luminárias instaladas (un)

**NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES**

A execução de serviços de Instalações Elétricas deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

• Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;

• Normas da ABNT e do INMETRO:

NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Procedimento

NBR 5414 - Execução de Instalações Elétricas de Alta Tensão - Procedimento

NBR 5419 - Proteção de Estruturas contra Descargas Elétricas Atmosféricas Procedimento

NBR 6414 - Rosca Withworth Gás - Padronização;

• Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

• Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA.

***INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS***

**GENERALIDADES**

O projeto está baseado nas normas vigentes da ABNT e CPRH, e em consonância com o projeto de arquitetura.

Para os projetos serão utilizados as Normas:

• NBR5626– Instalações Prediais de Água Fria;

• NBR8160– Instalações Prediais de Esgotos Sanitários;

• NBR7229- Construção e Instalação de Fossa Séptica e Efluentes.

• CPRH001- Manual Técnico n.º 001

**ÁGUA-FRIA**

**TUBOS E CONEXÕES**

Deverão ser com tubulações e conexões de mesma marca, em P.V.C rígido soldáveis, de fabricação TIGRE ou SIMILAR e, de acordo com a NBR 5648/77, para pressão máxima de serviço de 7,5 Kgf/cm2. Quando enterrados, os tubos deverão ser envolvidos com areia, no interior das covas, de forma que os mesmos fiquem isentos do contato com materiais pontiagudos.

**ESGOTO SANITÁRIO**

**REDE INTERNA DE ESGOTO SANITÁRIO**

Os esgotos sanitários serão coletados através dos ramais de descarga e de esgoto até as caixas de inspeção e serão encaminhados até o local de tratamento composto de uma Fossa Séptica e dois Sumidouros.

Os ramais de esgoto, de descarga dos WC´s e ambientes com pontos de esgoto serão encaminhados diretamente para as caixas de inspeção de esgoto (CI.EG).

O ramal da pia da copa será encaminhado para uma caixa de gordura (CX.G) e posteriormente à caixas de inspeção de esgoto.

Ponto de esgoto para Ralo Sifonado, com todo material (conexões, tubulações e ralo.

Caixas de Inspeção

Deverão ser com tampa e anéis premoldados de concreto armado, com diâmetro de 0,60m.

**TUBOS E CONEXÕES**

As tubulações indicadas em PVC, deverão ser com tubos e conexões de mesma marca, rígido, com juntas soldáveis, na linha esgoto predial ou na linha série R, conforme o projeto e, de acordo com a NBR 5688/77 de fabricação TIGRE ou SIMILAR.

Acessórios

Caixas Sifonadas

As caixas sifonadas utilizadas para drenagem da água de piso nos WC’s e interligação de eventuais peças, deverão ser de PVC rígido, fabricação TIGRE ref. EG -54 com porta grelha e grelha redondos em aço inoxidável, nas bitolas indicadas no projeto, ou similar.

Sifões

Os sifões utilizados nos lavatórios e pias deverão ser do tipo copo metálico, fabricação DECA - ref. 1680, ou SIMILAR.

Peças de Utilização

Louças e Metais:

Obedecerão às especificações do Projeto de Arquitetura.

**CASOS OMISSOS**

Os casos omissos de detalhes construtivos e especificações de materiais serão resolvidos pela equipe técnica de FISCALIZAÇÃO da Câmara de Vereadores de Cabo de Santo Agostinho.

**6. DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO**

O valor para a plena execução dos serviços necessários para a obra da **CONCLUSÃO DA OBRA REMANESCENTE DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHOE** é de **R$ 2.267.798,07 (Dois milhões, duzentos e sessenta e sete, setecentos e noventa e oito reais e sete centavos),** estando incluídos todos os custos de mão-de-obra, encargos sociais, insumos e equipamentos de construção, transportes, fretes, taxas/impostos, sendo adotado BDI de 21,14%, na faixa admissível do Acórdão 2622/2013-P do TCU. O regime tributário adotado será SEM desoneração, que mostrou-se ser a opção mais econômica para a Administração da Câmara dos vereadores quanto ao regime previdenciário.

Os custos unitários foram utilizados preferencialmente a Tabela Desonerada do SINAPI NOVEMBRO-2019 - SEM DESONERAÇÃO e composições.

**ANEXO II**

**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO III**

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

**ANEXO IV**

**COMPOSIÇÃO DE BDI**

**ANEXO V**

**PROJETOS**

**ANEXO VI**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**ANEXO VII**

**MODELOS PADRONIZADOS**

**MODELO 1**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

Local e data

À

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Assunto: EDITAL XXXXX

O abaixo assinado, responsável legal da empresa ................................................ vem, pela presente, informar a V. Sa., que o senhor ............................................, Carteira de Identidade RG no ..................... é a pessoa designada para representar nossa empresa na licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos, apresentar impugnações, recursos, inclusive renúncia expressa a recurso nas fases da licitação, e praticar todos os atos necessários ao desempenho da representação no presente processo licitatório.

DADOS PARA ELABORAÇÃO DO EVENTUAL CONTRATO

DA EMPRESA

Nome Completo:

Endereço:

Filial Representante (se houver):

CNPJ Nº:

Inscrição Estadual nº:

Telex:

Telefone:

Fax:

CEP:

DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Residência e Domicílio:

Carteira de Identidade (nº e órgão expedidor):

CPF Nº:

Atenciosamente,

Nome, RG e assinatura do Responsável Legal:

**MODELO 2**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL**

\_\_\_ (Data) \_\_\_

Á

Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho-PE

Comissão de Licitação

Referência: CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_/\_\_\_\_\_

A \_\_\_\_ (nome da Licitante) \_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_, tendo recebido a examinado o Edital referente à CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_/\_\_\_\_, pelos seus representantes legais, apresenta a presente proposta para a prestação dos serviços discriminados na planilha anexa, de conformidade com o Edital mencionado, pelo valor total de \_\_\_(preço da proposta em número e por extenso\_\_\_\_), conforme especificado na Planilha de Preços em anexo, já inclusos todos os custos, lucros e encargos fiscais para entrega no destino, inclusive ICMS e IPI.

Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a efetuar a prestação dos serviços no prazo previsto no Edital, contado a partir da data da emissão da Ordem de Execução dos Serviços ou do recebimento de documento equivalente emitido pela CONTRATANTE.

A presente proposta é válida pelo período de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega.

Esta proposta constitui-se num compromisso de nossa parte, e observa integralmente as demais condições estabelecidas no Edital.

**MODELO 3**

**MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO QUE ENTRE SI FAZEM, (Nome da Empresa) E (Nome da Empresa). NOS TERMOS DO ARTIGO 33 DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93, SUAS ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM VIGOR.**

Por este instrumento particular, as PARTES:

**(Nome da Empresa)**, pessoa jurídica de direito privado, (endereço), neste ato representada (Nome do Representante), (Nacionalidade), (Estado Civil), RG e CPF, (Endereço Comercial).

**(Nome da Empresa)**, pessoa jurídica de direito privado, (endereço), neste ato representada (Nome do Representante), (Nacionalidade), (Estado Civil), RG e CPF, (Endereço Comercial).

**CONSIDERANDO:**

1. Que as PARTES participarão conjuntamente da Licitação na Modalidade Concorrência Pública Nº xxxxxxxxxxx, promovida pela Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho xxxxxxxxxxxxxx para (**XXXXXXXXXXXX**). O (doravante simplesmente CERTAME), sendo que para fins desta participação conjunta, as PARTES serão denominadas em conjunto CONSORCIADAS;
2. As exigências do Edital do CERTAME e da Lei de Licitações que determinam que para participação em consórcio seja celebrado Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio;

RESOLVEM celebrar o presente instrumento de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1ª – OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO**

O objeto do presente instrumento é o compromisso de constituição de consórcio pelas CONSORCIADAS em caso de sagrarem-se vencedoras do CERTAME, cujos serviços constituem-se na **XXXXXXXXXXXX.**

1.2. Os representantes das CONSORCIADAS, que firmam o presente, estão devidamente autorizados na forma de seus atos constitutivos, a firmar o presente instrumento e, em caso de sagrarem-se vencedoras do CERTAME, autorizados a constituir o CONSÓRCIO.

**CLÁUSULA 2ª – NOME, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO DO CONSÓRCIO**

2.1. O CONSÓRCIO será designado pelo nome de **Consórcio xxxxxxxx.**

2.2. O CONSÓRCIO terá endereço na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

2.3. O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em plena vigência e efeito pelo mesmo prazo de validade da proposta apresentada pelas CONSORCIADAS (doravante simplesmente PROPOSTA), observando-se eventuais prorrogações até que todas as obrigações assumidas em função da mesma sejam cumpridas. Na hipótese de ser a PROPOSTA do Consórcio xxxxxxxxx julgada vencedora da licitação, antes da celebração do CONTRATO o presente instrumento será substituído pelo Contrato de Constituição de Consórcio devidamente aprovado pelo órgão da sociedade de cada participante, para autorizar a alienação de bens do ativo permanente, nos termos do que dispões os artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76.

2.4. O CONSÓRCIO terá a duração necessária para a integral execução dos serviços e cumprimento do CONTRATO a ser assinado no caso de ser adjudicado os serviços e seus(s) eventual (is) Aditivo(s), terá sua duração igual a da garantia das obras/serviços objeto do contrato administrativo licitado, até a total extinção das obrigações contraídas pelas CONSORCIADAS e a xxxxxxxxxxxx.

# CLÁUSULA 3ª – PARTICIPAÇÃO DAS PARTES NO CONSÓRCIO

3.1. A participação de cada CONSORCIADA no CONSÓRCIO será a seguinte:

(Nome da empresa) (PERCENTUAL)

(Nome da empresa) (PERCENTUAL)

# CLÁUSULA 4ª – LIDERANÇA, REPRESENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

4.1. A liderança do CONSÓRCIO ficará a cargo da empresa xxxxx, que relacionar-se-á e responderá, em nome do CONSÓRCIO, perante o (Nome do órgão) e terceiros, sendo a responsável principal pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO, sem prejuízo da responsabilidade solidária das CONSORCIADAS estabelecida na Cláusula 8ª, com poderes para receber, assinar e apresentar propostas, requerer e dar quitação, comprovar e viabilizar a participação do CONSÓRCIO no serviço em questão e em todos os atos subsequentes e consequentes, demonstrando estar capacitada a atender às condições fixadas no Edital do CERTAME e na Proposta do CONSÓRCIO e no CONTRATO.

4.2. O CONSÓRCIO terá como representante legal o Sr. xxxxxxxxxxxx, (Nacionalidade), (Profissão), (Estado Civil), CPF nº xxxxxxxxx, (Endereço) e o Sr. xxxxxxxxxxxx, (Nacionalidade), (Profissão), (Estado Civil), CPF nº xxxxxxxxxxx, com endereço comercial na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, os quais representarão este CONSÓRCIO, em conjunto ou isoladamente, no ato de encaminhamento da documentação, PROPOSTA, assinatura e rubrica dos documentos integrantes da PROPOSTA e dos documentos de habilitação.

4.3. Em caso de adjudicação, o CONTRATO será assinado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxx e pelo Sr. xxxxxxxxxxxx nos termos de instrumento de procuração outorgado pelas CONSORCIADAS.

# CLÁUSULA 5ª – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CONSORCIADAS

5.1. As CONSORCIADAS assumem o compromisso expresso de que o CONSÓRCIO não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente da de suas constituintes.

5.2. O CONSÓRCIO não terá uma escrituração contábil própria, ou seja, as receitas e despesas referentes ao CONTRATO deverão ser registradas, isoladamente, na contabilidade de cada empresa CONSORCIADA.

§ 1º Para efeitos de faturamento e recebimento dos serviços prestados, cada empresa do CONSÓRCIO emitirá, isoladamente, sua própria Nota Fiscal/Fatura de Serviços, obedecendo a proporção prevista na Cláusula 3ª acima.

5.3. Cada CONSORCIADA será isoladamente responsável e arcará com os pagamentos de todos os tributos, impostos, taxas e contribuições nos termos do CONTRATO, atribuíveis ao seu escopo de trabalho, prestará todas as declarações e realizará todos os registros exigidos de modo a cumprir com todas as obrigações perante as autoridades fiscais, na medida de sua participação conforme definido na Cláusula 3ª, ou seja, cada CONSORCIADA responderá, individualmente, por suas obrigações de ordem fiscal e administrativa, durante a vigência do presente instrumento, arcando, na proporção da respectiva participação, com seus próprios custos e despesas (diretas e indiretas) incorridas para cumprimento de suas respectivas obrigações assumidas neste instrumento, inclusive as de ordem tributária, fiscal e parafiscal, bem assim por todos os encargos incidentes sobre seu fornecimento e sobre os serviços correlatos a este fornecimento.

5.4. Os trabalhos serão desenvolvidos por grupos de trabalhos compostos por profissionais das CONSORCIADAS, harmoniosamente integrados, de forma a permitir uma maior eficiência e produtividade da equipe. As CONSORCIADAS participarão direta e/ou indiretamente, de todas as atividades.

5.5. As empresas consorciadas responderão solidariamente, nos termos da garantia legal prevista no art. 618 do Código Civil, pela solidez e segurança do serviço, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

# CLÁUSULA 6ª - INALTERABILIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO

6.1. As CONSORCIADAS assumem o compromisso expresso de que o CONSÓRCIO não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma modificada, até a conclusão dos serviços que vierem a ser contratados, bem como não dissolverão, rescindirão, distratarão ou cindirão o CONSÓRCIO, cuja responsabilidade perdurará integralmente até o encerramento dos trabalhos contratados, salvo com prévia anuência do órgão.

# CLÁUSULA 7ª – EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. As CONSORCIADAS que compõe o CONSÓRCIO se obrigam, por este instrumento, a não integrar outro consórcio, nem tampouco, participar isoladamente do CERTAME.

**CLÁUSULA 8ª - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS CONSORCIADAS**

8.1. As CONSORCIADAS responderão solidariamente, pelas obrigações e atos praticados em CONSÓRCIO, tanto na fase de licitação como na execução do CONTRATO.

**CLÁUSULA 9ª - COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO REGISTRADO**

9.1. Na hipótese de serem declarados vencedores da licitação, é assumido também o compromisso de providenciar, antes da assinatura do contrato de prestação de serviços, o instrumento de constituição de consórcio devidamente aprovado pelo órgão da sociedade de cada participante, para autorizar a alienação de bens do ativo permanente, nos termos do que dispões os artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76 e o registro do instrumento de Constituição de Consórcio na Junta Comercial ou Cartório de Registro de títulos e documentos, de acordo com o que estabelece o § 2º do Art. 33 da Lei n. 8.666/93.

**CLÁUSULA 10ª - DELIBERAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM**

As decisões relativas ao CONSÓRCIO, de interesse comum entre as empresas participantes, serão tomadas, por consenso entre as CONSORCIADAS.

**CLÁUSULA 11ª - FORO**

Por fim, para todas as questões que poderão advir do presente instrumento, fica eleito o foro da cidade de xxxxxxxxx, Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

cidade, xx de xxxxxxx de xxxxxx.

Pela (Nome da empresa):

Função

Pela (Nome da empresa):

Função

# TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF/MF: CPF/MF:

**MODELO 4**

**MODELO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

(FIANÇA BANCÁRIA)

À \_\_\_(CONTRATANTE)\_\_\_

CONSIDERANDO que \_\_\_(nome da CONTRATADA)\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, compromete-se, conforme Contrato nº \_\_\_, datado de \_\_\_ de \_\_\_ de 200\_\_\_, a executar as obras de \_\_\_(breve descrição das obras)\_\_\_ nele descritas;

CONSIDERANDO que ficou estabelecido no Edital que a CONTRATADA deverá apresentar comprovante da Garantia de Execução Contratual no valor especificado no Contrato; e,

CONSIDERANDO que concordamos em dar esta garantia da CONTRATADA;

DECLARAMOS nossa condição de fiador solidário, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil, perante \_\_\_(qualificar a CONTRATANTE)\_\_\_, pela CONTRATADA, até a soma de \_\_\_(valor da garantia em algarismos e por extenso)\_\_\_, comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da CONTRATANTE, por escrito, declarando a inadimplência da CONTRATADA no cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de \_\_\_(valor da garantia)\_\_\_, como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

ATESTAMOS que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial, a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

**Esta garantia terá validade até 30 (trinta) dias a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras pelo Contratante, conforme as condições estabelecidas.**

\_\_\_\_(Data)\_\_\_\_\_

\_\_\_\_(Assinatura do Banco)\_\_\_

\_\_\_\_(Testemunhas)\_\_\_\_

\_\_\_\_(Chancela)\_\_\_

**ANEXO VIII**

**MINUTA DO CONTRATO**

# CONTRATO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FISCALIZAÇÃO EM ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:

A **CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**, entidade de direito público interno, com sede na Rua Tenente Manuel Barbosa da Silva, nº 131, Cabo de Santo Agostinho/PE, regularmente inscrita no CNJPJ/MF sob o n.º 08.147.415/0001-02, neste ato representado legalmente pelo seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o n.º\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ /PE, CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato legalmente representada por seu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(representante legal/procurador), o Sr.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (Nacionalidade), (Estado civil), (Profissão), portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com o Processo Administrativo n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na modalidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_autuada sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e ainda na proposta de preços da **CONTRATADA,** mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES FRUTO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2018, EM RAZÃO DA RESCISÃO UNILATERAL FIRMADA, PARA DAR CONTINUIDADE A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**,** a ser realizado de acordo com as determinações contidas no Processo Licitatório n.º XXXX, CONCORRÊNCIA nº XXXXXXX e seus anexos, proposta da contratada e disposições legais atinentes à matéria.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por **XXXXXXX,** com fornecimento total de materiais e equipamentos, necessários à consecução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO**

O presente instrumento tem fundamento no Processo Licitatório nº XXXX, norteado pelas disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros alocados para a realização do objeto da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| 100000 | CÂMARA MUNICIPAL DO CABO DO SANTO AGOSTINHO |
| 01.122.0187.1001.0000 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL |
| 44900000 | APLICAÇÕES DIRETAS |
| 10010000 | RECURSOS PRÓPRIOS |

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

O valor total do presente contrato é de **R$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme proposta da contratada.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será realizado em até 30 dias, de acordo com os serviços efetivamente realizados, conforme medições mensais, mediante apresentação e aprovação de Nota Fiscal/Fatura.

**Parágrafo Primeiro.** As medições e consequentes pagamentos dos Serviços ficarão limitados aos percentuais de execução previstos no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este.

**Parágrafo Segundo.** As faturas referentes aos serviços executados serão encaminhadas a Diretoria Administrativa e Financeira da Câmara, para as providências relativas a conferência e verificação da compatibilidade com a medição/parecer emitido pela fiscalização e aprovados pela Diretoria da Área Técnica, após o que será procedido o pagamento.

**Parágrafo Terceiro.** O pagamento do 1° (primeiro) boletim de medição ficará condicionado à:

a) apresentação de cópia autenticada em cartório, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços no CREA/PE.

**Parágrafo Quarto.** O pagamento da última parcela ficará condicionado à apresentação da Certidão de baixa do CEI (Cadastro Específico do INSS), conforme o caso e nos termos instituídos no disciplinamento legal regente;

**Parágrafo Quinto.** É condição contratual a manutenção, por parte da contratada, das condições de habilitação, inclusive quanto:

a) Existência de qualquer débito para com a Contratante, até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a contratada tenha perante o município;

b) Existência de débitos de obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato, até a sua regularização perante os órgãos competentes.

c) Existência de débitos de natureza fiscal para com as fazendas federal, estadual e municipal;

**Parágrafo Sexto.** A Contratante poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

a) Paralisação dos serviços por parte da contratada, até o seu reinício;

b) Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados;

c) Existência de valores comprovadamente pagos a menor do que o estipulado no detalhamento de sua Proposta de Preços, referentes a taxas e imposto, até a correção dos valores;

f) Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da fiscalização.

**Parágrafo Sétimo.** Caso ocorram necessidades de serviços extras, assim entendidos aqueles não orçados na planilha original, estes deverão ser objeto de prévio termo aditivo, devidamente justificado pelo engenheiro fiscal da obra, e aceita a justificativa pelo Presidente, a seu critério exclusivo. O cumprimento de tais formalidades se constitui condição *sine qua non* para o respectivo pagamento.

**Parágrafo Oitavo.** Os eventuais serviços extras somente poderão ser executados mediante autorização prévia da Contratante e mediante a formalização de termo aditivo, devendo sua execução observar os seguintes nortes:

1. Se tiverem sido previstos em tabelas de referência legítimas, devem ser pagos considerando-se o deságio entre o preço global orçado pela Contratante e o preço global da proposta vencedora, o chamado fator "k";
2. Em relação aos serviços extras não tabelados, a proposta de preços da contratada deverá observar a mesma taxa de bonificação e de despesas indiretas (BDI) verificada na proposta de preços vencedora da licitação. Apenas quando tais propostas forem aceitas pela Contratante, os serviços poderão ser realizados. Deverá a Contratante, ainda, proceder a estudos que demonstrem a compatibilidade dos preços sugeridos com os verificados no mercado.

**Parágrafo Nono.** Eventuais serviços excedentes deverão ser pagos de acordo com os preços unitários constantes da proposta vencedora e somente poderão ser realizados após específica e circunstanciada autorização da Contratante e mediante a formalização de termo aditivo, devendo-se aferir, inclusive, se os acréscimos solicitados pela Contratada redundaram ou não de eventual erro de projeto, de modo a se observarem regras protetivas do erário.

**CLÁÚSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além de outras previstas neste CONTRATO e na legislação pertinente:

I) efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

II) permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços/executada a obra, conforme o caso;

III) fiscalizar a execução dos serviços, direta ou indiretamente, através de fiscal designado, a quem compete, também, anotar no Diário de Serviços, todas as ocorrências relacionadas com a execução do CONTRATO, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente da CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

IV) velar pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, durante a execução do CONTRATO, inclusive na hipótese de eventual paralisação dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constitui como obrigação da **CONTRATADA**, executar o objeto da contratação observando todas as condições necessárias ao satisfatório e regular adimplemento da obrigação, além de outras previstas neste edital, Termo de Referência e seus anexose outros anexos, como também na legislação pertinente, as seguintes:

I) cumprir fielmente o presente CONTRATO, na forma e no prazo ajustado, fornecendo equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários;

II) observar, na execução dos serviços, os regulamentos, as posturas edilícias, as leis, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT;

III) providenciar, às suas expensas, junto ao CREA a Anotação de Responsabilidade Técnica/ART;

IV) acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;

V) dar integral cumprimento às especificações constantes no Termo de Referência, bem como à sua proposta e ao Processo Administrativo que originou o presente, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;

VI) responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO, bem como salários dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, assumindo que sua inadimplência não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO;

VII) responsabilizar-se:

a) por quaisquer perdas e danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;

b) por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações da obra, inclusive aqueles que, na hipótese de mora da CONTRATADA, decorram de caso fortuito ou força maior, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

b) pela correção dos defeitos notificados pela fiscalização da CONTRATANTE, quando a CONTRATADA terá 20 (vinte) dias úteis para as respectivas correções, quando outro prazo não for assinalado;

VIII) refazer os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE, caso não atendam às especificações, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas / ABNT;

IX) providenciar e manter na obra Livro Diário onde serão registradas, pelas partes, todas as ocorrências julgadas relevantes;

X) o Livro Diário deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa.

Xl) manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação jurídica relativas à regularidade fiscal exigidas no art. 29 da Lei n.º 8.666/93, atualizada, apresentando seus comprovantes de regularidade sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

XII) indicar representante aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do CONTRATO, sendo que a substituição somente será admitida em situações excepcionais por profissional de qualificação idêntica ou superior, com aprovação prévia da CONTRATANTE;

XIII) responder, durante 05 (cinco) anos, pela qualidade do objeto contratado, após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, salvo na hipótese de vício oculto.

XIV)Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

XV) Constitui ainda como obrigação da CONTRATADA, todas as disposições ínsitas no Termo de Referência e Minuta de Contrato anexos a este edital, aos quais está plenamente vinculado.

**Parágrafo Primeiro –** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras ou serviços, até o limite do valor permitido pelo §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante a elaboração de termo aditivo.

**Parágrafo Segundo –** Será vedada, à CONTRATADA, sob pena rescisão contratual**,** CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS**

Na execução do presente instrumento serão observados os seguintes prazos:

I) O **prazo de execução do objeto** contratual é de **\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses** a contar da assinatura do presente contrato, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos. Os serviços serão executados de forma concomitante.

II) O **prazo de vigência do contrato** será de \_\_\_\_ **(\_\_\_\_\_\_\_\_\_) meses**, a contar da sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento das obrigações assumidas pelo licitante estará sujeito às seguintes penalidades, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações:

**Parágrafo primeiro** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a aplicação de multa de até 15% do valor do ajuste, ou multa correspondente à diferença de valor resultante de nova licitação realizada, prevalecendo a de maior valor.

**Parágrafo Segundo -** À inexecução total ou parcial do contrato, será aplicada multa, conforme alíneas “a” e “b” deste item, sobre o valor global do contrato, ou multa correspondente à diferença de valor resultante de nova licitação realizada, prevalecendo a de maior valor:

* + - 1. pela inexecução total do contrato, multa de até 15%;
      2. pela inexecução parcial do contrato, multa de até 10%.

**Parágrafo Terceiro** - O não cumprimento do prazo máximo de conclusão dos serviços ou entrega de serviços, materiais e equipamentos fixados no contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, ensejará a aplicação das multas de mora a seguir discriminadas, que incidirão sobre o valor global do contrato:

1. multa diária no valor equivalente até 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor global do contrato por cada frente de serviços que deixar de atender, programadas e notificadas à contratada, motivada pela incapacidade de disponibilidade do número mínimo de equipes exigidas;
2. multa diária de até 0,05% (cinco centésimos por cento), do valor global do contrato por paralisação de serviço sem justa causa;
3. multa diária de até 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global do contrato por uso incompleto ou não usar o fardamento padrão, bem como a falta de uso dos EPI, EPC e ferramentas;
4. multa diária de até 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor global do contrato por não disponibilizar os veículos ou quaisquer dos itens da instalação da obra, conforme as condições exigidas no Termo de Referência;
5. multa diária de até 0,01 % (um centésimo por cento) do valor global do contrato por uso de sinalização inadequada (velha, quebrada, apagada e insuficiente);
6. multa de até 0,05% (cinco centésimo por cento) do valor global do contrato por cada intervenção em que ficar comprovado o uso de materiais, peças de reposição ou processo construtivo fora das especificações ou padrões preestabelecidos, bastando para essa caracterização a constatação "in loco" da necessidade da repetição da mesma intervenção dentro do período contratual e, ainda devendo refazer o serviço sem ônus para a Contratante.

**Parágrafo Quarto -** o valor correspondente a qualquer multa aplicada a Contratada, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser descontado no boletim de medição do mês vigente do recebimento da notificação da penalidade.

**Parágrafo Quinto -** os serviços, materiais e equipamentos não aceitos pela Administração deverão ser substituídos pela Contratada, no prazo máximo de 15 dias corridos, a contar da data da comunicação expressa da Administração.

**Parágrafo Sexto -** Configurada o não cumprimento da obrigação contratual, previamente à imposição da multa, será a Contratada notificado da infração e da penalidade a que está sujeito, para, querendo, apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis, a contar do primeiro dia útil subseqüente à data de notificação.

**Parágrafo Sétimo -** Imposta a multa, deverá ser paga no prazo de até 30 dias, a contar da data de sua intimação, devendo ser observado que:

1. O não pagamento da multa no prazo previsto neste artigo ensejará, em sendo a garantia contratual insuficiente para fazer face ao seu valor, na retenção dos créditos existentes em favor da Contratada no valor correspondente a(s) referida(s) multa(s) ou na sua inscrição na divida ativa, para posterior cobrança judicial.

**Parágrafo Oitavo -** Se a licitante vencedora deixar de cumprir os compromissos relativos aos prazos de validade da proposta ou os concernentes às especificações e condições preestabelecidas, a Contratante poderá optar pela convocação das demais propostas, obedecidas sucessivamente a ordem de classificação, ou pela realização de novos processos licitatórios.

**Parágrafo Nono** - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

1. advertência por escrito;
2. suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
3. declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo Décimo -** Nenhuma penalidade será aplicada sem que tenha sido assegurado ao(s) licitante(s) ou a (s) Contratada(s) a ampla defesa e o contraditório.

**Parágrafo Décimo Primeiro -** As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas.

**Parágrafo Décimo Segundo -** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou sem fundamento relevante, na forma da legislação em vigor.

**Parágrafo Décimo Terceiro -** Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da mesma.

**Parágrafo Décimo Quarto** - O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante, conforme a gravidade, às sanções previstas neste item e demais cominações legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste CONTRATO, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente às obras/serviços realizada(o)s, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas.

I) O CONTRATO poderá ser rescindido:

1. Por ato UNILATERAL da CONTRATANTE, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada;
2. AMIGAVELMENTE, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
3. JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

II) A rescisão de que trata a alínea “a” do inciso I desta Cláusula, acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízo das sanções previstas neste CONTRATO e na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada:

1. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
2. assunção imediata do objeto do CONTRATO pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar;
3. ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do CONTRATO, necessários à sua continuidade;
4. execução da garantia contratual, se houver, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO FINANCEIRO**

A concessão de reajuste será avaliada segundo os termos da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal n°9.069/95, Lei Federal n°10.192/01, normas gerais da União para os contratos administrativos, e, por analogia, a Lei Estadual nº12.525/2003, alterada pela nº12.932/2005, devendo retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.

**Parágrafo Primeiro:** Ultrapassados 12 meses da data limite para apresentação da proposta, excluída a responsabilidade da contratada proponente pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços poderão ser reajustados, em periodicidade anual, utilizando-se os índices apurados pela variação do correspondente **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC**, dentre aqueles aplicáveis para cada item da planilha orçamentária, conforme fórmula a seguir:

R = V (Im - Io)

                Io

onde,

R = valor do reajustamento;

V = valor a ser reajustado;

Io = índice de reajuste do mês anterior a data limite para apresentação da "Proposta Financeira";

Im = índice de reajuste do mês anterior ao da execução do serviço.

**Parágrafo Segundo:** Quando ocorrer atraso na execução do objeto do contrato, por culpa exclusiva da licitante vencedora, o reajustamento será aplicado, envolvendo exclusivamente os prazos de entrega do objeto definidos neste Instrumento.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de atraso de pagamento por culpa da Contratada, o reajustamento será calculado somente até a data em que a obrigação deveria ter sido cumprida.

**Parágrafo Quarto:** No caso de eventual antecipação ou atraso de pagamento, o valor devido será diminuído ou acrescido de compensação e calculado pela aplicação do IGP-M do mês do evento, apurados desde a data prevista para tanto, até a data de sua efetivação, calculada pro rata tempore die, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura.

**Parágrafo Quinto:** A contagem do prazo estabelecido para pagamento será interrompido no caso de incorreções nos documentos de cobrança, reiniciando-se a contagem após sanadas as irregularidades pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

As faturas correspondentes aos pagamentos efetuados com atraso ou com descontos por antecipações de pagamentos terão seus valores acrescidos ou descontados calculados pela aplicação do IGPM do mês do evento, *"pro rata tempore die"*, para o período verificado entre a data de vencimento no documento de cobrança e a data de seu efetivo pagamento.

**Parágrafo Único:** A contagem do prazo estabelecido para pagamento, será interrompido no caso de incorreções na nota fiscal, reiniciando-se após sanadas as irregularidades, sem ônus para a entidade responsável pela licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, em importância equivalente a **5,0% (cinco por cento)** do valor global do contrato, devendo ter prazo de validade igual ou superior ao prazo da execução do serviço em qualquer das modalidades a seguir indicadas:

a) caução em dinheiro ou título da dívida pública;

b) seguro-garantia; ou

c) fiança bancária.

**Parágrafo Primeiro:** A garantia mencionada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo inclusive pelas multas eventualmente aplicadas. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá proceder a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificado.

**Parágrafo Segundo:** A garantia de execução será devolvida através de requerimento da CONTRATADA, mediante a apresentação do termo circunstanciado do recebimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro:** Caso a CONTRATADA apresente a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo em **Anexo.**

**Parágrafo Quarto:** A Garantia em dinheiro deverá ser prestada, em favor da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, os dados bancários serão informados no ato da contratação.

**Parágrafo Quinto:** Na hipótese de garantia ser prestada em cheque esta apenas será considerada após a compensação deste.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA**

O presente CONTRATO terá o visto da Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 38 da Lei n. º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O contratado fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no licitação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO SUPORTE LEGAL

Para execução do presente contrato bem como para a regulação dos casos omissos, aplicar-se-á a Lei nº 8.666 de 21.06.93, a Lei nº 8.883 de 08.06.94, a Lei nº.9.648 de 27.05.98 e a legislação específica pertinente à matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – REGISTRO**

O presente instrumento segue vistado pelo Presidente da Câmara Municipal com vistas ao seu registro e arquivamento nesta.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

O Foro para solução de qualquer conflito decorrente do presente CONTRATO é o da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Declaram as partes que este CONTRATO corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Cabo de Santo Agostinho, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

**VICENTE MENDES SILVA NETO**

**Presidente**

**Contratante**

**EMPRESA**

**SÓCIO/RESPONSÁVEL**

**CARGO**

**Contratada**

# TESTEMUNHAS:

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**CPF/MF: CPF/MF:**